



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nºs 110/111 CURITIBA, TERÇA/QUARTA-FEIRA, EM 09/10 DE DEZEMBRO DE 2003 ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Marcos Isfer
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 004ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE DEZEMBRO DE 2003**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelo senhor deputado Nereu Moura e pela senhora deputada Cida Borghetti.

Às dezoito horas foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Milton Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o senhor deputado Pedro Ivo Ilkiv, conforme o artigo 61 do Regimento Interno (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2898

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão

e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, 09.12.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 53 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 686/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/2003, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, instituído pela Lei nº 8.216, de 31 de dezembro de 1985, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Vamos apreciar nesta Sessão emenda aprovadas em 2ª Discussão.

O SR. RENI PEREIRA (**Para Encaminhar**)

(Assentimento)

Senhor presidente, eu indago à Mesa se a emenda...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi aprovada a emenda de V. Exa.

O SR. RENI PEREIRA (**Para Encaminhar**)

E se ela está em discussão agora?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em discussão agora, está junto. Não há necessidade mais de ser discutida e votada. Ela já foi votada, aprovada e está incorporada ao projeto. Vai ser votada em terceira.

Nós vamos apreciar nesta Sessão emendas aprovadas em segunda discussão. Emenda da CCJ, emenda nº 1 - em discussão. Em votação. **Aprovada.**

Emenda 2 - deputado Reni Pereira, devidamente apoiada. Em discussão. Em votação. **Aprovada.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 586/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que

altera o inciso XIII, do artigo 155, da Lei Complementar nº 85, que estabeleceu a Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná. PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI Nº 586/2003

Suprimi-se do artigo 2º a seguinte expressão:
“Revogadas as disposições em contrário”.

Sala das Sessões, em 09.12.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, quero, desejo apresentar, mesmo que verbal, uma emenda ao artigo, este é o projeto, artigo retirando as expressões em contrário - de acordo com a medida provisória 95 e 107, as expressões - revogadas as disposições em contrário estão tecnicamente inadequadas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Recebemos a proposta de V. Exa. e designo o deputado Ângelo Vanhoni para relatar a sua emenda. V. Exa. por gentileza poderia encaminhar por escrito para juntarmos ao projeto posteriormente.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, nós apoiamos, nosso parecer é favorável, porque esta emenda é uma emenda técnica, está retirando a expressão - revogação em contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o parecer do deputado Ângelo Vanhoni. **Aprovado.** Em votação a emenda. **Aprovada.**

O projeto irá à 3ª discussão.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 720/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/2003, que estabelece o quantitativo de cargos de Professor de Ensino Superior, integrantes da carreira do Magistério Público do Ensino Superior do Paraná a que se refere o capítulo I da Lei nº 11.713, de maio de 1997 conforme específica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI Nº 720/2003

O artigo 7º passa a ter a seguinte redação - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Leis nº 10.382, de 14 de julho de 1993, nº 10.510, de 27 de outubro de 1993, nº 10.798, de 23 de maio de 1994, nº 11.021, de 29 de dezembro de 1994, no que se refere à criação de funções e vagas nas Instituições Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná, e o artigo 5º da Lei Estadual nº 13.029 de 27 de dezembro de 2000.

Sala das Sessões, em 09.12.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERRERIA

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Apresento uma emenda ao artigo 7º, restritiva, ficando a expressão da seguinte forma: artigo 7º - a presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as leis tais, tais e tais, tirando a expressão - dispositivos legais, contrários, em especial.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós recebemos a emenda de V. Exa. e solicitamos ao deputado Ângelo Vanhoni que seja o relator da emenda.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Nosso parecer é favorável, senhor presidente, pois a emenda é uma emenda técnica para corrigir a redação e aperfeiçoamento do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o parecer de V. Exa. **Aprovado.**
Está em votação a emenda.

O SR. MAURO MORAES

Fazer um comunicado à Casa, eu tive que me ausentar, mas só para dizer a todos os componentes da Casa que eu sou favorável à emenda que procede para a reeleição da Mesa, mas eu estava ausente da votação, mas sou inteiramente favorável.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a emenda do deputado José Maria Ferreira. **Aprovada.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 2898, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente, tem um requerimento para ser votado sobre comissão geral ou será votado amanhã?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi recebido hoje e será votado amanhã, nobre deputado. É no dia da votação do projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando uma Sessão Ordinária, para dia 10 quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 369/2003.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 586/2003 e do de Lei nº 720/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 273, 274, 312, 333 e 489/2003 e do de Resolução nº 022/2003.

Levanta-se a Sessão.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
10 DE DEZEMBRO DE 2003**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nereu Moura e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielese, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Mil-tinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 175/03/CPIPR
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
SEDU/PARANACIDADE

Curitiba, 10 de dezembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tendo em vista a conclusão dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e cumprido o disposto no artigo 38, item I, do Regimento Interno desta Casa, tenho a honra de encaminhar a V. Exa. o Relatório Final desta CPI, bem como o voto em separado, em anexo, do deputado Elio Lino Rusch, para os trâmites legais.

Nesta oportunidade reitero a V. Exa. a segurança do meu respeito.

Atenciosamente,

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2904

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUEREM a retirada do item 07 da Ordem do Dia, da presente Sessão Ordinária, Projeto de Lei nº 333/2003, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(aa) PASTOR EDSON PRACZYK, FRANCISCO BÜHRER, ELIO RUSCH, AUGUSTINHO ZUCCHI, ARTAGÃO JÚNIOR, VANDERLEI IENSEN, RENATO GAÚCHO, AILTON ARAÚJO, CARLOS SIMÕES, MILTINHO PUPIO e CLEITON KIELESE.

REQUERIMENTO Nº 2892

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, com base no artigo 107 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, a transformação da Sessão Ordinária de 10.12.2003 em Comissão

Geral para votação do Projeto de Lei nº 274/2003, que autoriza a instituição gradual da educação em tempo integral no ensino fundamental da rede pública de ensino.

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(a) BARBOSA NETO

Apoiamento:

Ratinho Júnior, Doutor Luciano, Valdir Rossoni, Jocelito Canto, Alexandre Curi, Hermas Brandão, Neivo Beraldin, André Vargas, Mauro Moraes, Chico Noroeste, Felipe Lucas, Renato Gaúcho, Vanderlei Iensen, Padre Paulo Campos, Francisco Bühner, Reni Pereira e Luiz Nishimori.

REQUERIMENTO Nº 2913

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, com base no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, transformação da Sessão Ordinária de 11.12.2003 em Comissão Geral para votação do Projeto de Lei nº 733/2003 (Dispõe sobre a remuneração dos Cargos de Provimento em Comissão de Secretários de Estado).

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(aa) PADRE PAULO CAMPOS, ANTONIO ANIBELLI, DUÍLIO GENARI, MARCOS ISFER e ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2899

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a diminuição do interstício para a realização de Sessão Extraordinária, logo após a presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2917

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constante da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2915

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER a convocação do Sr. Maurício Requião, secretário de Estado da Educação, para prestar esclarecimentos junto a esta Casa de Leis, na

Sessão Plenária do dia 11 de dezembro de 2003, no que diz respeito ao Projeto de Lei do Plano de Cargos e Salários dos servidores daquela Pasta.

Nestes termos pede deferimento conforme dispõem os artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2901

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento, em 11/09 do corrente, da Sra. Zilá Oliveira, como era conhecida na Vila Parque Industrial, no Bairro Capão Raso, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2900

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Paulo Henrique Pianowski e Sueli Pianowski, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando bodas de prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2907

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao

município de Londrina, voto de congratulações pelo seu 69º aniversário, a ser comemorado no dia 10 de dezembro, e que do presente se dê ciência ao prefeito, Nedson Luiz Micheletti e ao presidente da Câmara Municipal, Orlando Bonilha, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoioamento:

Barbosa Neto, André Vargas e Elza Correia.

REQUERIMENTO Nº 2911

Senhor Presidente:

O deputado estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário deste Parlamento que se digne a aprovar para que sejam registradas nos Anais da Sessão de hoje, as efusivas congratulações deste Poder à diretoria da Comunidade Evangélica de Céu Azul, nas pessoas do Sr. Darci Rieger - presidente, e do pastor Sr. Flávio Luiz Paitter, pela exemplar organização e coordenação da 11ª Kerbfest, daquela cidade, realizada no último final de semana.

Esse não é um elogio isolado, mas a referência de autoridades e visitantes e que se repete a cada ano com mais entusiasmo.

Os resultados dos eventos refletem no tempo a dimensão da capacidade e a condução de seus organizadores. Sempre transfigurando a premissa: "se o melhor é possível, o bom não é suficiente".

Caso aprovado a presente proposição, o parlamentar requerente solicita que seja dado ciência do mesmo, com a expressão dos votos de contínuo sucesso à comunidade religiosa cumprimentada, na pessoa do seu ilustre presidente, Sr. Darci Rieger, e ao insigne pastor Flávio Luiz Paitter, à Rua Martinho Lutero, s/n - CEP: 85.840-000 - Céu Azul-PR.

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2902

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido da Sra. Carmela Fiamoncini, que pede, em regime de urgência, policiamento ostensivo nas proximidades da Estação Tubo do Ligeirinho do Carrefour e Shopping Barigüi, principalmente no horário de fechamento do shopping.

Muitos funcionários são assaltados, inclusive dentro do tubo. A falta de segurança é total no local e a presença de policiais com certeza inibirá a ação dos assaltantes.

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2912

Senhor Presidente:

Nos termos do artigo 128, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, REQUEIRO a V. Exa. seja encaminhada ao senhor ministro dos Transportes a indicação que sugere à ALL - América Latina Logística o cumprimento das cláusulas do Contrato de Concessão relativo à ferrovia do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 2910

Senhor Presidente:

O deputado estadual que firma o presente requerimento, facultado pelas prerrogativas regimentais e legais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa, a aprovação para ser oficiado o senhor chefe da Casa Civil do Governo Estadual, para que este informe o número do Diário Oficial do Estado em que foi publicada a Lei nº 13.973, de 26 de dezembro de 2002.

Caso não tenha sido publicada a citada lei, informar os motivos.

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(a) ELIO RUSCH

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 735/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Lar de Jesus, com sede e foro no município de Jaguapitã, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Lar de Jesus, fundada em 05 de novembro de 1992 no município de Jaguapitã, é uma associação civil sem fins lucrativos. Tem como finalidade o auxílio à criança até seis anos de idade, promovendo o amparo social a famílias carentes que precisam trabalhar e não têm condições de pagar pelo cuidado de seus filhos.

Atualmente ministra atendimento a 45 crianças, sendo que 27 (vinte e sete) ficam em regime semi-internado 8 (oito) horas/dia e 18 (dezoito) em regime de 4 (quatro) horas/dia; oferecendo café da manhã, almoço, café da tarde, banho e atividades educacionais durante todo o dia, sendo o atendimento da creche das 7h30 às 17h30.

Para continuar mantendo suas atividades, a instituição necessita da lei de Utilidade Pública, que poderá

facilitar acesso a recursos que possam ser concedidos pelo Estado.

PROJETO DE LEI Nº 736/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Serviço de Assistência Religiosa da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná - SAR/PM/CBM/PR e respectiva Capelania Militar, subordinado ao comandante-geral e regido pela presente lei.

Art. 2º - O Serviço de Assistência Religiosa da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar - SAR/PM/CBM/PR é de responsabilidade da Capelania Militar e tem por finalidade:

I - prestar assistência religiosa espiritual, assim como colaborar com a Corporação na formação cívica, moral e ética dos policiais e bombeiros militar e seus dependentes, dos servidores civis que desempenham tarefas na Corporação e suas famílias, respeitando-se em qualquer situação, a liberdade de culto preconizada pela Constituição Federal;

II - participar das atividades educativas, em todas as suas fases, inclusive dos cursos de preparação e formação do policial e/ou bombeiro militar;

III - cooperar nas atividades de assistência e serviço social da corporação, quando solicitado ou mediante proposta e planejamento de trabalho.

Art. 3º - O SAR/PM/CB/PR funcionará prioritariamente na sede do Comando Geral da Polícia e Bombeiros Militar do Estado do Paraná.

Art. 4º - O SAR/PM/CB/PR será constituído por capelães policiais-militares, selecionados entre ministros religiosos pertencentes às denominações religiosas registradas no país, que não atentem contra a disciplina, a moral e as leis em vigor.

Art. 5º - Fica o Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná autorizado a instalar a Capelania Militar da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná que será constituída de oficiais capelães policiais bombeiros militar do Estado do Paraná que será constituída de oficiais capelães policiais bombeiros militares, selecionados mediante concurso público entre sacerdotes, pastores ou ministros, integrantes de denominações religiosas existentes no país.

Art. 6º - A Chefia da Capelania da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná será exercida por oficial policial/bombeiro militar capelão mais antigo, designado pelo comandante-geral com a

denominação de capelão-chefe, incumbindo-lhe dirigir, coordenar e fiscalizar a execução das atividades de assistência religiosa na Corporação.

Parágrafo Único - Havendo mais de um capelão no mesmo posto, a designação será feita pelo comandante-geral.

Art. 7º - Aos auxiliares integrantes da Secretaria da Capelania, além do conhecimento da legislação policial-militar no que concerne às suas atribuições, competem:

I - elaborar, sob orientação do capelão-chefe, o Programa Geral de Assistência Religiosa da Corporação e colaborar na sua execução;

II - manter atualizado o Quadro de Avisos da Capelania Militar acerca das atividades religiosas a serem desenvolvidas nos âmbitos interno e externo da Corporação;

III - confeccionar o Relatório Mensal das Atividades realizadas pela Capelania;

IV - manter atualizada a relação das principais autoridades eclesiásticas do Estado;

V - zelar pela guarda dos Livros de Registro de Batismo, Casamentos, além de outros;

VI - manter razoável estoque de Certidões de Batismo, Confirmação (1ª Comunhão) e de Casamentos.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar postos de oficiais capelães no quadro da Polícia Militar do Estado do Paraná, sendo que a necessidade e o preenchimento das vagas será constatada e realizada proporcionalmente, segundo o número de adeptos das diversas denominações religiosas existentes na Corporação.

Parágrafo Único - Um percentual mínimo de 30% (trinta por cento) de adeptos das diversas denominações religiosas de cada Corporação, será observado para o preenchimento das vagas de capelães PM/BM.

Art. 9º - No efetivo do Quadro de Oficiais Policiais/Bombeiros Militares Capelães, por postos, a ser fixado e distribuído, considerar-se-á uma chefia, uma sub-chefia e capelães de acordo com as exigências religiosas da Corporação.

Parágrafo Único - Os capelães PM/BM prestarão serviços como oficiais da ativa, com todos os direitos, deveres e prerrogativas que lhes são inerentes.

Art. 10 - Aos capelães PM/BM, além do conhecimento da legislação policial-militar no que concerne às suas atribuições eclesiásticas específicas, católica ou evangélica, compete:

I - orientar e dirigir os serviços religiosos das Unidades Policiais-Militares, mediante prévio contato com os respectivos comandantes destas;

II - levar assistência religiosa às famílias de todos os integrantes da Corporação, como extensão dos serviços da Capelania Militar;

III - visitar, com frequência, os doentes da Corporação nas enfermarias ou hospitais, bom como os seus presos;

IV - fazer-se presente sempre que necessário, a fim de atender aos diversos atos de seu ofício que lhe compete realizar, de acordo com as normas em vigor na Corporação;

V - fazer com que sua presença seja sempre agradável e confortadora nos momentos de angústia e apaziguadora nas situações de discórdia;

VI - fazer-se presente, quando necessário, junto a seus assistidos, levando-lhes conforto moral e auxílio espiritual;

VII - contribuir para o bem-estar moral e disciplinar da tropa em geral;

VIII - estender a assistência religiosa às famílias dos oficiais, praças e funcionários civis, sem interferir nas atividades paroquiais locais;

IX - colaborar para uma constante ambiência fraterna entre os integrantes da Corporação, independente de postos ou graduações;

X - ser compreensivo e caridoso para com os adeptos de outros credos, criando, em torno de si, um ambiente de cordialidade e de prestígio moral que facilite sua missão religiosa e espiritual;

IX - manter espírito de iniciativa, criando idéias próprias sobre o desempenho de suas funções;

X - zelar para que o seu comportamento reflita o homem de Deus que é;

XI - zelar para que cada integrante da Corporação seja um notório exemplo de respeito, compostura e dignidade para a comunidade local;

XII - evocar cada policial-militar para que, durante sua árdua tarefa de manter a ordem e a tranquilidade pública, enalteçam o respeito e a dignidade humana;

XIII - coordenar e realizar as celebrações eucarísticas periódicas e em ocasiões festivas;

XIV - promover palestras sobre Educação Moral, Social e Religiosa para todos os policiais-militares na época de incorporação e nos cursos de formação, mediante prévio entendimento com seus respectivos organizadores;

XV - coordenar e realizar Cursos de Preparação para os Sacramentos do Batismo, Confirmação (1ª Comunhão) e Matrimônio;

XVI - coordenar e realizar a celebração da Páscoa dos Militares;

XVII - coordenar e realizar as exéquias, quando solicitada, por ocasião do falecimento de algum integrante da PM/BM ou familiar;

XVIII - coordenar e realizar as Cerimônias Litúrgicas, no âmbito da Corporação, com o apoio da Unidade Policial-Militar solicitante;

XIX - organizar encontros de grupos de estudos bíblicos, visando a formação do caráter moral e religioso.

Art. 11 - Ao capelão-chefe caberá as providências necessárias para a publicação dos assuntos que julgar de interesse da Corporação, concernentes às atividades religiosas desenvolvidas pela Capelania Militar.

Art. 12 - Aos capelães PM/BM aplicar-se-ão as mesmas condições de uso de uniformes existentes para os oficiais da ativa.

Parágrafo Único - Em cerimônias religiosas, os capelães PM deverão trajar seus hábitos ou vestes eclesiásticas, mesmo no interior das Unidades Policiais-Militares.

Art. 13 - O capelão PM/BM, em sua condição de não combatente, não será obrigado a usar arma e nem tampouco poderá ser designado para serviço incompatível com o seu Ministério/Sacerdócio.

Art. 14 - O capelão da PM/BM não poderá ser designado para serviços, exercícios ou atividades incompatíveis com a sua missão ou alheias ao seu ministério pastoral.

Art. 15 - Ao capelão-chefe, além das atribuições inerentes a todos os capelães compete:

I - ser o conselheiro do comandante-geral e do chefe do Estado-Maior da Corporação, nos assuntos pertinentes à assistência religiosa;

II - acompanhar as autoridades eclesiásticas quando em visitas ao comandante-geral, a critério deste;

III - apresentar, ao comandante-geral, um relatório periódico das suas atividades;

IV - responsabilizar-se pelo bem-estar dos integrantes da Capelania Militar;

V - participar de imediato, ao comandante-geral, acerca da gravidade de fatos que vierem a ocorrer dentro de sua área de competência;

VI - responsabilizar-se pela execução da política estabelecida pelo comandante-geral e das diretrizes emanadas ao chefe do Estado-Maior.

Art. 16 - Para o ingresso no quadro de oficiais capelães, além do previsto no parágrafo Único do artigo 8º exige-se do candidato:

I - ser brasileiro nato;

II - submeter-se a concurso público de admissão no Quadro de Capelães PM/BM;

III - possuir experiência pastoral comprovada por autoridade religiosa competente;

IV - possuir curso de formação filosófico-teológico regular, em nível superior, reconhecido por autoridade religiosa e pelo MEC;

V - ter consentimento, por escrito, da autoridade maior de sua denominação religiosa;

VI - ser julgado apto em inspeção de saúde.

Art. 17 - Será considerado aprovado no concurso de admissão, o candidato que satisfazer todas as exigências constantes do respectivo edital.

Art. 18 - Estas disposições entram em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

Dizem os historiadores que desde a remota antiguidade, os romanos já marchavam nas suas conquistas com quatro corpos distintos de militares. Levaram engenheiros topográficos, médicos, historiadores e sacerdotes. O Brasil Império conheceu a assistência religiosa prestada a militares no Exército e na Marinha.

Com a proclamação da República e a criação do Estado leigo, não existiu mais a Capelania Militar de fato. Em 1944, quando o Brasil envia a FEB à Itália, novamente volta a figura da Capelania Militar, o que veio a concretizar-se, naquela oportunidade, com o envio à Itália de dois padres e dois pastores, um da Igreja Metodista e outro da Igreja Batista. A estruturação definitiva da Capelania Militar nas Forças Armadas, porém, só ocorreu após o ano de 1982.

Ninguém tem dúvida sobre o valor e a necessidade do atendimento e do tratamento médico e psicológico. Existe, porém, o entendimento de que certos problemas são de ordem espiritual e precisam ser tratados por pessoas preparadas e competentes para tal. Além de problemas rotineiros de ordem conjugal, familiar, de relacionamento com superiores, também existe o problema subjetivo de ordem emocional, muitas vezes conseqüência da árdua tarefa do policial militar. Todas essas situações que têm obviamente uma dimensão espiritual carecem da atenção de um especialista no assunto.

O pluralismo religioso caracteriza atualmente a nossa sociedade. Ainda que o catolicismo seja predominante no meio militar e no paramilitar, é uma realidade que cada vez mais expressivo o número de oficiais e praças se declaram também evangélicos ou não católicos. Por essa razão, o projeto preserva a necessária pluralidade da participação na capelania que hora se gera, por meio do concurso público aberto a todos os habilitados no curso de Teologia e de formação em qualquer uma dessas religiões.

Essa é uma experiência positiva já adotada em inúmeros países e repetida no Brasil, por meio da presença da Capelania Militar na Polícia Militar do Rio de Janeiro, de Pernambuco e do Distrito Federal, e demonstra a importância que a assistência religiosa tem para o ser humano.

Os benefícios da Capelania Militar são tão excelentes que não se pode sonegá-los às pessoas que, pela natureza de sua condição de trabalho, se vêem privadas da oportunidade e da regularidade muitas vezes deseja-

das, mas circunstancialmente limitadas. A palavra de Deus também precisa chegar livremente aos quartéis, aos hospitais militares e às prisões.

Neste sentido, solicitamos aos nobres pares a aprovação do projeto de lei em apreciação, que em suma visa prestar assistência religiosa e espiritual aos policiais e bombeiros militar do Estado, bem como atender os encargos relacionados com as atividades de educação moral e espiritual realizada na Corporação, extensivo a familiares, seus servidores civis e dependentes.

PROJETO DE LEI Nº 737/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Saudadense dos Idosos - ASI, entidade de caráter cívico, filantrópico e beneficente, sem fins lucrativos, com sede no município de Saudade do Iguaçu e foro no município de Chopinzinho - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa declarar de Utilidade Pública Estadual, a Associação Saudadense dos Idosos - ASI, do município de Saudade do Iguaçu.

A iniciativa se justifica tendo em vista os relevantes serviços prestados pela entidade à comunidade daquele município, conforme se pode ver nas atas e relatórios de atividades juntados ao projeto. Ademais, preenche todos os requisitos formais e legais, conforme documentação em anexo.

Dessa forma, por ser medida de direito e de justiça, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa, para a declaração de Utilidade Pública para a referida entidade.

PROJETO DE LEI Nº 738/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica incluído no roteiro turístico da Secretaria de Estado do Turismo do Estado do Paraná, o Arrançamento de Tratores no município de Maripá.

Parágrafo Único - A realização desse evento ocorrerá no segundo final de semana do mês de novembro de cada ano.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A inclusão do Arrancadão de Tratores no roteiro turístico da Secretaria de Estado do Turismo, vai atrair um grande público para o município de Maripá, que tem tradição em promover grandes eventos, como por exemplo a Festa do Peixe e da Orquídea, que são realizadas no final do mês de agosto, movimentando toda a região, trazendo assim um grande benefício para o comércio do município, sem contarmos que é um atrativo turístico para a população em geral.

PROJETO DE LEI Nº 739/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Dia da Inclusão Digital a ser comemorado no último sábado do mês de março.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 10.12.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

Com a instituição do Dia Estadual de Inclusão Digital a ser comemorado sempre no ultimo sábado do mês de março, data esta que acompanha a campanha mundial já existente, temos a certeza de que o Estado do Paraná dará o primeiro passo para diminuir a distância existente entre a população e a tecnologia da informação que vigora em nosso país.

O domínio de novas tecnologias não só abre oportunidades de trabalho e geração de renda, como também possibilita o acesso a fontes de informação e espaço de sociabilidade. Acreditamos, assim, contribuir para a transformação de vidas e o desenvolvimento comunitário.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao deputado Pedro Ivo, no Pequeno Expediente.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados e demais presentes nesta Assembléia.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Gostaria de saber se a Sessão está suspensa, porque faleceu alguém? Estão chegando coroas de flores. Gostaria que V. Exa. nos informasse qual o motivo dessas coroas, porque esta Casa tem por critério, quando falece alguém, suspender a Sessão. Vai ser suspensa a Sessão, senhor presidente?

O SR. VANDERLEI IENSEN

Ontem tivemos um Papai Noel aqui, e se for nesse mesmo critério do deputado Jocelito, acredito que ontem

também teria que ser suspensa a Sessão por ser uma Sessão festiva. Acredito que não cabem esses argumentos.

O SR. DURVAL AMARAL

Também entendo que não cabe e já estamos providenciando uma caixa de laranja para comemorar com os deputados da base do Governo. Ontem, foi marmelada, hoje vamos trazer uma caixa de laranja para ficar uma bela laranjada.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Faço um apelo aos senhores parlamentares para que tenhamos limites com as brincadeiras na Casa. Acho que o respeito mútuo entre os senhores deputados é de suma importância. Até pela boa convivência que devemos ter na Casa. Não vamos impedir que entrem flores na Casa, como não impedimos no passado de trazerem pizza no final de uma Sessão, ou o bolo de ontem. Mas peço a compreensão dos senhores parlamentares para que possamos encerrar o ano de forma mais tranqüila, já que o ano foi muito trabalhoso e houve um esforço especial de todos os parlamentares no sentido de que a Casa cumprisse os seus compromissos com a população paranaense.

É o apelo que faço aos senhores parlamentares.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Apenas para fazer um comunicado. Ontem, tivemos uma Sessão muito importante, porque foi feita uma homenagem por alguns senhores deputados a respeito do pedágio. E nós entendemos que a homenagem foi uma homenagem típica do pedágio que estava morrendo, isto é o pedágio caro. Então, fizemos uma homenagem às viúvas do pedágio. E como nesses 12 meses falta discurso, à Oposição e ao PFL, fizemos uma coroa de flores desejando que o PFL e a Oposição descansem em paz nos próximos quatro anos. Esperamos que a Oposição entenda, mas esses são os sentimentos de aplausos e de votos de felicidade para que o descanso seja eterno e seja em paz.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Senhor presidente, como sou deputado novo e não conheço as brincadeiras da Casa, quero dizer que estou todo de preto hoje, mas não é sinal de luto. Foi apenas uma coincidência. Mandeï lavar meu terno escuro e por isso estou todo de preto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou fazer um apelo ao Líder Ângelo Vanhoni para que coloquemos essas corôas ali na minha sala.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, sou de Oposição e me incluo nessa brincadeira.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Nós recebemos com elegância ontem a ironia feita pela Oposição.

O SR. VALDIR ROSSONI

Até entendo a autoridade do presidente, mas da nossa parte não tem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Confesso a vocês que temos projetos importantes para votar no dia de hoje, não podemos ficar perdendo tempo com picuinhas e bobagens, senão não conseguiremos encerrar nosso ano legislativo até o final da semana.

E quero também alertar os senhores deputados, fazer um apelo, que seja a última brincadeira aqui na Casa em relação ao que aconteceu ontem e está acontecendo hoje. Vamos levar a sério isso, porque a população não recebe bem o que aconteceu ontem e não recebe bem o que está acontecendo hoje, então, é um apelo que faço aos senhores parlamentares.

O SR. RENI PEREIRA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de me somar a V. Exa. na atitude de retirar do plenário essa simbologia até mesmo com uma falta de respeito com algo que usamos geralmente num momento de dor. Nem sei de quem procedeu a iniciativa de colocar essas coroas, mas é uma simbologia que não podemos brincar, até mesmo porque são certas coisas que não são dignas de brincadeiras, e pela Ordem do Dia de hoje nós não mereceríamos nem ter essa simbologia no plenário da Casa.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero me associar com V. Exa.

Aceitamos pacificamente no passado, quando a Oposição ao Governo trazia por inúmeras vezes laranja, bolo; eram coisas criativas, mas acho que uma coroa mexe com o sentimento de pessoas que tenham perdido alguém na sua família ou qualquer ente querido. Acho que a Situação, a Bancada do governo não foi feliz em trazer coroas ao plenário hoje, acho que faltou criatividade, se precisar de criatividade podem pedir para nós da Oposição que podemos até auxiliá-los, e nós não podemos brincar com sentimentos de familiares e muito menos com entes queridos.

A frase que estava escrita, é o sepultamento, enterro do PFL. O PFL está mais vivo do que nunca no Estado e também no Governo Federal. Acho que o PFL assumiu a sua posição como Oposição com criatividade, Oposição com responsabilidade e uma Oposição com respeito ao Governo do Estado e ao Governo Federal. Então, é esta posição que quero deixar, quero parabenizar ao presidente desta Casa, por sua atitude tomada em relação a essa brincadeira de mau gosto que foi feito no dia de hoje.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, em verdade, sabendo do que se trata agora, nesse instante, sinto-me envergonhado, desconfortável dentro do plenário da Casa, porque acho que

aqui se prima pela força do verbo, da palavra, da representação da sociedade do Paraná.

Nós não podemos viver de brincadeiras e nem de agressão desse tipo. Francamente V. Exa., tem plena razão de pedir que esse ato seja proibido como o de ontem também. Estamos aqui para representar o cidadão paranaense, discutir e emendar projetos de interesse da sociedade. Estamos aqui para respeitar o Regimento Interno e a Constituição Estadual e Federal e não para golpe de marketing que, aliás, os últimos governos do Paraná têm se sustentado em cima de golpe de marketing como se fosse a solução para o problema social.

Assisto com muito prazer a determinação da V. Exa. e esperamos mais participação, mais conteúdo nos debates de interesse da nossa população.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Acho que a matéria está vendida.

Com a palavra, no Pequeno Expediente, deputado Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Senhor presidente, na segunda-feira tivemos um encontro de educação infantil em São José dos Pinhais, onde estamos organizando já o 4º Fórum de Educação Infantil e estaremos organizando, ainda, no dia 17 de dezembro, mais um fórum no município de Maringá e municípios vizinhos que compõem a região de Maringá. E, no dia de ontem, estivemos representando a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná no 1º Encontro Nacional sobre ética e decoro parlamentar realizado em Brasília. Apesar do tema importante e muito atual, lamentamos que houve pouca participação das Assembleias Legislativas do Brasil como um todo, bem como das Câmaras de Vereadores que também foram convidadas para esse encontro.

Estive presente porque esta Casa entendeu importante representá-la e tivemos palestras importantes com a participação do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha; o Orlando Fantazine, presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; estava lá o representante do ministro Valdir Pires; o Luciano Zica, Ouvidor Geral da Câmara dos Deputados. Além de outras pessoas como o Roberto Romano, professor da Unicamp; o deputado Patricci Ananias que proferiu algumas palestras e outros professores de universidades onde foi debatido, durante o dia todo, esse assunto tão importante sobre a questão da ética na política e foi "filosofado" bastante em cima desse assunto tão antigo e tão atual que é a questão da ética na política.

De todos os assuntos discutidos um assunto que me chamou a atenção foi quando se questionou da ética na política e o papel do agente político, no caso, nós, deputados, prefeitos, governadores etc. E uma coisa que me chamou a atenção que, às vezes, uma pessoa - vamos supor, com um perfil pacifista, ecologista, são pessoas

que poderiam ter dificuldade de estar no mundo da política ou ser agente político. Porque às vezes um pacifista quando tem que tomar uma decisão, como aconteceu na História da Humanidade onde foi levantada a história de Winston Churchill, que teve que sacrificar em torno de 300 pessoas que poderiam ser avisadas quando da II Guerra Mundial que aquela região seria bombardeada. Mas, por uma questão de segurança e que os códigos não fossem revelados, teve que sacrificar em torno de 300 pessoas para que se fizesse um bem maior à sociedade, que era derrotar as forças do exército nazista. Então, é um pouco do nosso papel no mundo da política. As vezes precisa-se abrir mão de algumas coisas para que a composição dos grupos maiores, para que se possa ter uma maioria, para avançar naquilo que é essencial à humanidade como um todo, muitas vezes até sacrificando alguma parcela da sociedade em nome de um bem maior.

Também estive colocando a respeito das políticas do Governo Federal, Dr. Jorge Hagi, que faz parte da Sub-controladoria Geral da União, onde explanou sobre vários programas que o Governo Federal está desenvolvendo, como o programa de sorteios públicos que são feitos no mesmo local onde são feitos sorteios da Loteria Federal, para sortear prefeituras para que possam ser feitas as auditorias. E não auditorias de papel apenas, mas auditorias *in loco* mesmo para ver o material, porque muitas vezes pode se posicionar o papel, está lá comprado 500 sacos de cimento ou seja o que for. Mas, na hora de ver *in loco*, onde está esse material?! É esse o papel que o Governo Federal está fazendo. Foram mais de 15 mil ações de fiscalização neste ano que perfizeram 281 municípios, somados cerca de 2 bilhões foram auditados pelo Governo Federal.

(É retirado o som)

Também em outros programas como o Portal da Transparência que está sendo encaminhado. A criação do Conselho de Transparência Pública de combate à corrupção. E o quarto Fórum Global de Combate à Corrupção que será realizado no Brasil, no ano de 2005.

Também foram discutidos outros assuntos como os trâmites dos processos internamente dentro do Congresso Nacional, como é que funciona, qual é a participação da Comissão de Ética, além de que, nesse dia também foram formuladas propostas para que possam ser melhorados os códigos de ética a nível de Assembléias Legislativas e de Câmaras de Vereadores a nível do nosso Brasil.

Seria isso, senhor presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Vanderlei Iensen.

O SR. VANERLEI IENSEN

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

É com alegria que mais uma vez subo à tribuna. E desta feita, já sentindo os ares de final de ano, estamos no

final dos trabalhos de 2003. E como deputado de primeiro mandato, assim como o deputado Artagão, Reni Pereira e outros, gostaria de expressar aqui um pouco daquilo que nós pudemos viver durante esses meses aqui nesta Casa de Leis. Algo que nos chamou a atenção dentre as muitas coisas que pudemos aprender, foi esse clima de amizade equilibrado de todos os deputados, tanto de Oposição, quanto da Base Governista. Nós pudemos sentir que quando estamos fazendo o nosso discurso, nossa posição é voltada realmente em defesa daquilo que estamos pregando. Mas, quando descemos da tribuna, podemos conviver harmonicamente tanto os deputados da Oposição, quanto da Situação. Temos tido um relacionamento muito bom. E para mim deputado de primeiro mandato, isso foi uma experiência agradável por haver esse clima civilizado nesta Casa de Leis e ter aqui deputados companheiros que sabem diferenciar as nossas lutas ideológicas do nosso relacionamento pessoal e de amizade.

Tivemos um ano de muito trabalho. A CPI da Copel, onde tivemos a honra de participar, juntamente com os demais integrantes. CPI presidida com muita competência pelo deputado Marcos Isfer e na relatoria o deputado Ratinho Júnior. Nós pudemos também aprender muita coisa, foi para nós uma escola, os momentos, as Sessões, as investigações, enfim tudo que aprendemos neste ano e tivemos nesse trabalho da CPI um resultado muito importante. Estava me lembrando ainda ontem, do acordo que o Governo do Paraná fez com a CIEN e estava fazendo os cálculos do contrato da CIEN, que haviam sido assinados e do acordo que foi feito. O Governo do Paraná está economizando por ano cerca de 300 milhões de reais. A economia de um contrato apenas. O que vem enaltecer a figura do governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, que com pulso firme decidiu enfrentar essas grandes multinacionais, decidiu peitar esta pressão, inclusive internacional, e hoje, nós temos aí para a economia do Paraná, nesse contrato com a CIEN, uma economia de aproximadamente 300 milhões de reais por ano, o que é realmente um valor esplendoroso.

Agora, de tudo que pudemos vivenciar nesses meses nesta Casa, nós temos realmente bons momentos, boas lembranças.

É claro que tivemos momentos tensos, difíceis durante as votações, mas de uma maneira geral conseguimos cumprir com a nossa obrigação como parlamentares.

Quando falo que cumprimos, falo a Assembléia Legislativa como um todo, que tem feito um trabalho espetacular neste ano de 2003. Estamos trabalhando, acho que é um dos anos que esta Casa mais trabalhou. Os deputados se empenharam, cinco CPI's, todas elas com resultados. Nós temos realmente que comemorar e esperar que no ano de 2004, possamos melhorar mais. Esse é o nosso intuito, esse é o nosso objetivo que possamos conseguir êxito no ano de 2004, como conseguimos em 2003.

Como estamos no final das Sessões, quero desejar aos colegas parlamentares um Feliz Natal, um Próspero Ano Novo, porque eu sei que nesta semana encerraremos os trabalhos e desejar a vocês muitas felicidades, para que no ano que vem, estejamos de volta com força total, com ânimo e disposição para continuarmos os trabalhos legislativos.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito deputado Artagão Júnior.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas.

Estamos em ritmo de fechamento dos trabalhos e, evidentemente que durante esse período aprendemos diversas lições. Aprendemos a conhecer pessoas, aprendemos a nos surpreender com algumas outras, mas sem dúvida nenhuma, podemos dizer que o trabalho deste ano foi feito com dedicação, com seriedade, com raras exceções, com dedicação total por todos os que aqui puderam desenvolver as suas atividades.

Quero relatar que estive no último final de semana em Guarapuava, pólo da região central do Estado do Paraná, e lá passamos o domingo e a segunda-feira. Na segunda-feira, às 6h30min da manhã, fomos até o terminal central de ônibus, daquela cidade, aonde concentramos o maior percentual da nossa votação e pudemos conversar com os guarapuavanos e com diversos cidadãos de outros municípios da nossa região. Bem diferente daquilo que foi colocado aqui na tarde de ontem, a região de Guarapuava, que é atendida pela concessionária Caminhos do Paraná, está satisfeita com aquilo que tem sido feito pelo Governo do Estado, em especial com a redução da tarifa do pedágio.

Não há sombra de dúvida, que essa ação não resolve o problema, mas ameniza àqueles que utilizam as estradas como sua única fonte propiciadora de receita, fruto do seu trabalho, como os caminhoneiros, os transportadores que usam carros de passeio, também para o seu trabalho.

Muitos discursos foram feitos ontem por aqueles que defenderam a instalação do pedágio, por aqueles que defenderam todas as ações que mais oneraram o Estado do Paraná, num contra-senso e numa ação que muita surpresa nos causa.

Como pode mudar de opinião uma pessoa tão rapidamente? Como pode mudar um discurso tão rapidamente?

Tenho certeza que, se for feita uma pesquisa na região Centro-Oeste e Centro-Sul do Estado do Paraná, consultando aqueles que utilizam a BR-277, BR ministrada pela Concessionária Caminhos do Paraná, teremos com certeza, a esmagadora maioria apoiando a ação do governador Roberto Requião, porque esta foi a primeira ação para resolver os problemas ocasionados ao povo do Paraná no último governo.

Sem dúvida nenhuma, com parte dos discursos de ontem podemos concordar, não atende todo o anseio do povo paranaense. Não atende, porque a artimanha e o emaranhado no contrato jurídico com as concessionárias foi feito com muita inteligência.

Mas a ação do Governo do Estado, do Governo Roberto Requião, do governador que busca o atendimento aos anseios do povo do Paraná vai, pouco a pouco, cumprindo com o seu compromisso, atendendo a todas as solicitações do povo do Paraná e possibilitando, novamente, o desenvolvimento do interior do Estado. Desenvolvimento este que não foi promovido pelo último governo, que não foi impulsionado pelo último governo com ações, únicas e exclusivamente voltadas às grandes cidades, aos grandes centros.

Tenho certeza que, o Governo Roberto Requião está no caminho certo. Esse foi o primeiro passo, foi a primeira batalha vencida da guerra que se travará durante esses anos de governo mas que, sem dúvida alguma, será vencida pelo povo do Paraná.

E para finalizar, o nosso abraço ao deputado Renato Gaúcho pelas felicitações de seus familiares na última semana.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Dobrandino da Silva.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quero me referir, na mesma linha do deputado Artagão Júnior, à questão do pedágio.

Sem bolo, sem Papai Noel, quero dizer aos deputados do PFL que, eles como deputados de Oposição estão corretos em questionar o Governo atual. Principalmente sobre a questão do pedágio que foi instalado com a concordância desses deputados que o defendem.

O deputado Plauto Miró dizia ontem que as concessionárias deixarão de investir cerca de 3 bilhões de reais. Deputado Plauto Miró, esses 3 bilhões são nos cálculos das concessionárias, cálculos superfaturados para tomar dinheiro do povo. Mas obras feitas através de concorrência pública de um Governo sério, com certeza, essas obras custarão menos de um terço;

No momento em que tiver que fazer essas obras, deputado Valdir Rossoni, o Governo fará, até mesmo cobrando tarifa de pedágio, mas com concorrência pública. Isso é uma prevenção com o dinheiro do Paraná. Mesmo com concorrência pública será muito bem feito.

Temos que fazer uma festa, porque em alguma praça de pedágio hoje já se transita num valor menor. Aí vale a penas fazer uma festa.

E o Governo do Paraná, mesmo encontrando muitas dificuldades, pois o contrato foi bem amarrado pelo último governador, porque favorece as concessionárias, não pôde fazer melhor ou antes, em função desses contra-

tos que são bem amarrados. Mas está dando a resposta à população do Paraná. As outras concessionárias deverão acompanhar essa proposta que o Governo está fazendo.

Isso sim é governar com responsabilidade. Quem de nós sabia quanto custa um km de duplicação ou mesmo a manutenção desse pedágio? Agora o Governo sabe e vai fazer.

Não tem razão o deputado Plauto Miró comemorar essa vitória do Governo com esse tipo de chacota como fizeram ontem. Respeito, mais não concordo.

Deixo registrado nesta Casa que o Paraná tem um governo sincero, que está combatendo aquilo que estava errado em favor da população do Estado.

E assim foi na Copel, tomando providências para que o dinheiro da população não vá para o bolso dos tubarões. E assim será em todos os órgãos do Governo do Estado do Paraná. Graças a Deus o povo do Paraná escolheu o governador certo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Quero registrar a presença dos nossos amigos de Quarto Centenário, o nosso amigo Sílvio, o vereador Anivaldo e o empresário Osvaldo Shangai.

Nós que sempre empunhamos a bandeira da agricultura, do nosso trabalhador lá do interior do Paraná, aquele que ajuda, que trabalha para construir este Estado e os municípios. Neste momento, nesta Casa, nós que elogiamos a atitude do governador Roberto Requião em indicar o nosso amigo, nosso companheiro que hoje é secretário da Agricultura e vice-governador, Orlando Pessuti, este deputado que muito nos ensinou nesta Casa de Leis, um deputado atuante sempre defendendo os interesses do interior do Estado, os interesses do nosso agricultor, do nosso trabalhador.

Na verdade, temos que estender a mão ao produtor e para onde ele vive com seus filhos, com a sua esposa, colhendo, plantando, trabalhando e tendo uma vida feliz: o interior do Estado do Paraná.

Hoje, nesta tribuna, preciso fazer um agradecimento e agradecimento deve-se fazer para quem trabalha, é humilde, simples, feijão com arroz e tem a solidariedade dentro do seu coração, como o grande amigo Orlando Pessuti.

Orlando Pessuti, juntamente com os demais deputados desta Casa, defendeu os interesses da agricultura e para nós é uma gratidão muito grande ter recebido o Secretário lá na Concan, na região de Campo Mourão, compondo com vinte e cinco municípios, aonde o Secretário levou aos pequenos produtores rurais, aqueles que são a razão da existência da cidade, três milhões e quinhentos mil, recursos a fundo perdido, sem financiamento, pela sobrevivência, pelo crescimento da nossa

agricultura e pudemos mais uma vez observar a alegria e a emoção do pequeno produtor, das pequenas associações e entidades quando recebem recursos para poderem aplicar na sua propriedade.

Estivemos no município de Ubitatã e, juntamente com o Pessuti, lá no município de Terra Boa, Campo Mourão, e tivemos a participação de vinte e cinco municípios da Concan, todos os municípios sendo agraciados com esses recursos de três milhões e quinhentos mil.

Todos nós sabemos que o Paraná Doze Meses foi um programa do governo anterior e foram aplicados até agora cerca de cinco milhões e meio em seis anos. Só no governo Requião com o secretário Orlando Pessuti foram aplicados, neste primeiro ano, três milhões e quinhentos mil. Por isso, não podia deixar de falar essas palavras de reconhecimento a alguém que sempre contribuiu para a agricultura do Paraná, a alguém que sempre empunhou a bandeira do trabalho, a bandeira do agricultor lá do nosso interior e, principalmente, do Estado do Paraná.

Como exemplo, temos os nossos amigos lá do município de Quarto Centenário que também foram beneficiados no Programa do Paraná Doze Meses com a visita do nosso secretário da Agricultura e vice-governador Orlando Pessuti.

Quero dizer também que estivemos no município de Goioerê onde estiveram participando o município de Moreira Sales, Quarto Centenário, Rancho Alegre, Higienópolis e Boa Esperança.

Nesta Casa, senhores deputados, foi aprovado um projeto que foi o maior do Paraná que é o Proalpar, um incentivo ao algodão, chamado “ouro branco”. Tivemos o apoio de todos os deputados num projeto que tanto emprego gerou no Estado do Paraná e a maior surpresa foi quando tivemos o veto do governo anterior, do governo que tanto defendemos. O Pessuti foi ao município de Goioerê conversar com esses produtores, com todas as lideranças políticas (vereadores e cooperativas) e já levou para os pequenos agricultores quase um milhão de reais para volta do plantio do “ouro branco”, do algodão, que tanto emprego gera.

Eram essas as minhas palavras. Como já fui vereador, já fui prefeito, deputado pelo terceiro mandato e sempre empunhei a polícia do trabalho, da construção, tenho que chegar neste momento e dizer por que apóio o governo e por que subo à tribuna para dizer dos benefícios que a minha região está recebendo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Último horário do Pequeno Expediente está destinado à deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres companheiros e companheiras.

Rapidamente manifesto no sentido de deixar expressado o quanto é importante o exercício da demo-

cracia, Padre Paulo. Nós que passamos por uma ditadura, nós que sofremos a violência daqueles tempos que não podíamos nos manifestar e colocar nossas posições, louvamos o exercício da democracia.

Mas, para esse exercício também é preciso que as pessoas se conscientizem de que o escárnio, o deboche, as colocações infundadas não deveriam fazer parte desse exercício.

Aqui na Casa nós convivemos durante quase um ano, estamos finalizando este ano com uma Oposição pequena, mas contundente. É importante, sem dúvida nenhuma, a Oposição na construção da democracia, mas espero sinceramente que esta Oposição volte no próximo ano fortalecida, revigorada, do ponto de vista da criatividade porque neste período sinceramente, foi batendo na mesma tecla não conseguindo absolutamente convencer nem a si próprios.

Gostaria de dizer que nós terminamos este ano com uma pauta bastante importante, hoje votaremos aqui o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, o que é extraordinariamente importante na minha avaliação porque o Estado e a Assembleia Legislativa dão uma demonstração de maturidade, de compromisso, de seriedade com as causas realmente que importam à população.

A votação desse novo código vai, sem dúvida nenhuma, reafirmar a socialização e a democratização do acesso à justiça. Garantir realmente que a ética seja um caminho natural e que as irregularidades que até hoje presenciávamos sejam corrigidas.

Temos que ficar atentos ao texto que vamos votar, para que esse texto e seus anexos cumpram o que nós efetivamente desejamos para a melhoria desse serviço.

Votaremos também o Orçamento do Estado, instrumento fundamental para a garantia das políticas públicas. São várias as emendas e nós gostaríamos de colocar aqui também que esse é o resultado de um longo trabalho das comissões e dos deputados desta Casa.

Estaremos votando PCCS dos professores, voltando a dignificar a profissão, resgatando os professores que até então, durante oito anos estavam sendo tratados com absoluto descaso.

Lamento profundamente que não possamos incluir nessa discussão o Plano de Cargos e Salários dos trabalhadores desta Casa que igualmente merecem ser atendidos em suas reivindicações, que igualmente passam por dificuldades e que precisamos corrigir. Espero sinceramente, que essa questão do PCCS dos funcionários da Assembleia Legislativa possa ser resolvido que esse é o pleito, reivindicação antiga dos trabalhadores daqui. Acho que desde o tempo que o deputado Rossoni foi presidente, é uma questão que vem se arrastando e efetivamente não justifica estarmos discutindo o Plano de Cargos e Salários do funcionalismo público, nos esquecendo que aqui na Casa existe essa lacuna.

O nosso secretário e companheiro Nereu Moura já tem demonstrado interesse e preocupação. Disse que

estaria sendo incluído ainda este ano ou no mais tardar nos primeiros meses do ano que vem essa discussão aqui nesta Casa.

Gostaria, para encerrar, de dizer que o convívio durante esse tempo foi extraordinariamente saudável e importante. Gostaria de colocar que nem tudo no processo da construção da Democracia sai como desejamos! Senti, sinceramente, aqui no Plenário, uma falta de discussões políticas em determinados momentos, mas queria agradecer aos companheiros pelo convívio deste ano e dizer que esperamos sinceramente que esta Assembleia Legislativa possa dar uma demonstração a todo o País de importância e de compromisso com a construção de uma nova ordem social de inclusão. E falando em inclusão, hoje debateremos na Casa um Projeto bastante importante na minha avaliação, que corrige uma distorção que existe há muito tempo, que é a garantia dos Direitos Humanos e de Cidadania das pessoas em relação à sua orientação sexual.

Era isso companheiros. Felicidades a todos e esperamos, sinceramente, que tenhamos a consciência do dever cumprido neste primeiro ano de Legislatura!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Pela Ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, senhores deputados e deputadas:

Cumpro o que determina o artigo 38, I, do Regimento Interno, encaminhando a esta Presidência o Relatório da CPI do Paranaidade, de que fizeram parte, como Relator o deputado Artagão Júnior, como vice-presidente da Comissão o deputado Elio Lino Rusch, como membros o deputado Jocelito Canto, deputado Padre Paulo Campos, a deputada Maria Aparecida Borghetti e o deputado Luiz Fernandes Litro.

Cumprindo desta forma encaminho também, igualmente, o voto em separado do deputado Elio Lino Rusch, que apresentou àquela Comissão. E, portanto, aqui encerramos o último ato da CPI do Paranaidade, com a entrega do Relatório a esta Presidência e nós solicitamos que, no momento oportuno, coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Esta Mesa agradece, recebe e encaminha à Direção Executiva, para os devidos fins.

Com a palavra, Pela Ordem, o deputado Elio Lino Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, já tenho conversado com o deputado José Maria e ele mesmo já veio conversar conosco em relação às assinaturas apostas pelo deputado Luiz Fernandes Litro e também da deputada Cida Borghetti, que votaram contrário. Só gostaria que constasse o voto contrário dos três deputados: Elio Rusch, Cida Bor-

ghetti e Luiz Fernandes Litro, porque não consta no término desse trabalho.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Correto. Os respectivos deputados assinaram e, por uma razão ou outra, deixaram de apor voto contrário; mas esta Presidência o fará.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Esta Mesa recebe e dará os encaminhamentos e agradece a todos os membros desta Comissão.

No horário do Grande Expediente, com a palavra o deputado Rafael Greca de Macedo, por trinta minutos.

O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente e senhores deputados.

Ontem a Oposição nos brindou, decorando a sua tribuna com a figura do Papai Noel. E no começo algumas palavras sobre Papai Noel.

Papai Noel não existe, é falso! Existiu São Nicolau, bispo e mártir da Ásia Menor. Esse sim, generoso, famoso por distribuir dádivas aos pobres, figura do século IV, sempre seguido por seu servidor negro. Dizem que as suas relíquias descansam na Catedral de Bari, no Sul da Itália. Bari é capital da Puglia, a terra dos puglias.

Quando veio a Reforma Protestante ficou difícil para os protestantes celebrar o Natal com o símbolo de um bispo católico. Cortaram as saias de São Nicolau, reformaram-lhe a mitra ou o chapéu de bispo, fizeram-lhe um barrete, tiraram-lhe o escravo e o substituíram por um trenó; mudaram o seu báculo e deram-lhe um bastão, e nos Estados Unidos, modernamente, a partir de 1990 os publicitários da Coca-Cola mudaram o seu domicílio para a Lapônia. E vendo tanto gelo, venderam como nunca. Agora a Oposição ao governador Roberto Requião resolveu ver o Papai Noel nas praças de pedágio.

Acho que o mais adequado é fazer o Natal com Jesus, Maria e José, que fazem parte do Natal do nosso povo, burrinho incluído. Voltasse Nosso Senhor à terra, com sua Mãe Santíssima, e o piedoso São José, seu pai adotivo, estariam entre os caminhoneiros, jamais entre os pedageiros. Agora, eu, engenheiro, concordo com o pedágio como solução de engenharia para a auto-sustentação de estradas, só não concordo com a exploração do povo.

O povo recomendado é a existência de um caminho alternativo, gratuito no mesmo trajeto, conforme a lei de concessões, a Lei Complementar 76/95, votada por esta Assembléia, caminho alternativo. Assim o é na Itália, onde para o sul de Roma leva a via Ápia, gratuita, e a estrada do Sol, pedagiada, ou para o norte de Roma, leva a via Nomentana, gratuita, e a mesma estrada do Sol, pedagiada.

O governador Lerner implantou o pedágio desconsiderando caminhos alternativos gratuitos e desconsiderando a inviabilidade de investimentos de grande parte de trechos do Anel de Integração. Inviabilidade essa com-

provada por estudos do volume de tráfego atestados pelo Departamento de Engenharia de Transportes da Universidade do Paraná e pelo próprio DER. Por exemplo, senhor presidente, é notória a inviabilidade no trecho Ponta Grossa/Apucarana, onde correm quatro mil e quinhentos carros por dia ou veículos por dia, ali não precisa duplicação; ou do Contorno Leste de Apucarana com mil e quinhentos veículos por dia, ali não precisa e não suporta duplicação; ou de Guarapuava/Cascavel, com três mil e quinhentos veículos por dia, ali não se paga a duplicação.

Ora, senhores deputados, governa-se para satisfazer necessidades urgentes. Governa-se para atender prioridades. Governa-se, não para satisfazer falsas necessidades ou atender interesses criados por grupos interessados em avançar sobre a poupança popular. Governar-se para empreiteiros, cria-se o bingo rodoviário. E não é isso que quer o governador Requião. Os investimentos alegados pelas empresas nunca foram fiscalizados. O DER, tão querido pelo meu pai, que é engenheiro aposentado da Casa, o DER, sucateado do governo Jaime Lerner, não tinha a fiscalização dos investimentos reais. Esse investimento de um bilhão e seiscentos milhões alegados é altamente duvidoso. Os grandes investimentos ocorreriam após o 11º ano de concessão. E o risco, deputado Valdir Rossoni, de que após mais cinco ou seis anos, esses consórcios não tenham sucumbido pela própria inviabilidade do negócio? Duplicar uma estrada com 1500 veículos por dia, por exemplo, e o povo pagar adiantado por isso? Não é bingo rodoviário?

Na metade do ano demos ao Requião o direito de investir e intervir no processo de concessão de rodovias. A esse governador que foi eleito dizendo: "pedágio: ou baixa ou acaba", o governador e os procuradores do Estado encontraram um contrato, que é extremamente favorável às empresas concessionárias de rodovias. Uma teia de aranha. Um cipoal jurídico. Porque todos sabemos, hoje, as grandes empreiteiras são muito mais escritórios de advocacia do que firmas de engenharia. têm muito mais bibliotecas jurídicas do que máquinas de imprimação de asfalto, máquinas de compactação de rodovias.

O que se procura é uma medida de virtude, *in medius virtus est*, a virtude está no ponto de equilíbrio. Um compromisso honesto com o povo. Cumprir o que diz a lei de concessões. Prestação de um serviço adequado ao pleno atendimento do usuário, com regularidade, eficiência, atualidade, segurança, cortesia e modicidade de tarifas. Por exemplo, modicidade de tarifas é um pedágio que hoje custa R\$6,10, abatidos 30%, passa a custar R\$4,00 ou invés de R\$8,20 previstos. Um preço aceitável, suportável por caminhoneiros autônomos, por produtores e por veranistas. Esse acordo jurídico público com a Caminhos do Paraná - ontem o líder Anibelli mostrou - fez o contrato para explorar a praça da Lapa, no tempo do governador Lerner, no advento do Natal passado e um acordo correto. Reformular os erros do passado, partindo para um pedágio de conservação e

reservando ao Estado o direito de construir e investir em novas estruturas, onde é realmente necessário, é a decisão do atual governador. O pedágio abaixará no Paraná, 30% mais barato que o preço antigo e 52% mais barato do que o preço proposto a partir de dezembro. As estradas, deputado Rossoni, ficarão lisinhas como eu sonho, eu, bom engenheiro que quero ser no interesse público. Eu não mudei de opinião, só não quero, como nunca quis a exploração do povo.

Concedo um aparte ou deputado Valdir Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni

V. Exa. lembra do meu aparte de ontem?

O SR. RAFAEL GRECA

Eu sempre me lembro de V. Exa. com tanto carinho.

O Sr. Valdir Rossoni

Certamente, V. Exa. sabe do respeito e admiração que tenho por sua pessoa, mas, deputado Rafael Greca, talvez, sinceramente, não consiga me expressar aqui e encontrar palavras para dizer a V. Exa. o que estou sentindo. Passo de um admirador de V. Exa. - eu, minha esposa, meu filho Rodrigo, minha filha - e terei dificuldades de contar na minha casa, para minha esposa, para minha sagrada família o seu pronunciamento. Não acredito no que estou vendo. Fico triste, aborrecido e tomara que eu esteja redondamente enganado e que Deus lhe proteja neste novo caminho, deputado Rafael Greca, se fôssemos falar do passado, como V. Exa. está falando aqui muitas das respostas de críticas, que são feitas nesta Casa, seria V. Exa. que teria que dar. Desculpe-me a minha sinceridade. V. Exa., que talvez tenha um pouco de admiração por mim, talvez seja pela minha sinceridade.

Ontem ouvi, aqui, o líder do PMDB, deputado Antonio Anibelli, subir a esta tribuna e cobrar de nós, deputados governistas, do jornal Cidade o valor que o governador Jaime Lerner pagava - cobrava de nós, deputados. De quem que tem que ser cobrado? De nós, que somos deputados ou de V. Exa., que foi secretário. Essa é uma pergunta que me faço. Por isso é que eu não me conformo. Até quanto à mudança de partido, acredito que V. Exa. tenha as suas razões, mas é muito mais responsável pelos erros cometidos no governo Jaime Lerner. V. Exa. que foi um secretário da casa do Jaime Lerner do que do deputado Rossoni. Quero dizer que por mais dificuldades que eu tenha, estou aqui deste lado. Sempre, um homem que admira muito o governador Jaime Lerner. V. Exa. sabe de quantas vezes combati, algumas vezes no governo Jaime Lerner, de frente. Eu não era amado no Palácio Iguazu pelas minhas posições. Mas publicamente sempre me mantive firme na minha posição.

Quero dizer a V. Exa. que vou ter que refletir sobre o seu pronunciamento e posicionamento, porque a política é muito dinâmica. Outro dia, quando fiz um outro aparte, talvez, indelicado, para V. Exa., mas verdadeiro -

recebi do Senado da República, deputado Rafael Greca, um pronunciamento do atual governador Requião e quero pedir as notas taquigráficas do seu pronunciamento e vou levar para casa e não quero eu tomar a decisão, para perder a admiração pela sua pessoa. Quero ler junto com a minha família. Porque sozinho errei muitas vezes, mas junto com a minha família nunca errei. Vou levar as notas taquigráficas, para que eu tenha um conceito novo do seu posicionamento e da sua forma de atuar como político. Peço desculpa! Desejo a V. Exa., a sua esposa e a sua família, um feliz Natal e um próspero Ano Novo e que a sua caminhada seja cheia de vitórias e alegrias. Tomara que V. Exa. não se arrependa. Porque, certamente, o seu pronunciamento não me agrada.

O SR. RAFAEL GRECA

Deputado Rossoni, por partes. Sobre a cobrança a que se refere V. Exa., da Secretaria da Comunicação, se houve irregularidade com relação a deputados, não passou por mim. Porque o Tribunal de Contas aprovou as minhas contas.

O Sr. Valdir Rossoni

Não é de deputados. V. Exa. entendeu errado. Falei do jornal A Cidade de Cascavel, que V. Exa. implantou.

O SR. RAFAEL GRECA

Devia haver uma outra fonte, que não era certamente pelas minhas mãos, que estão limpas e honradas.

Com relação a minha atuação na Secretaria da Comunicação Social, recebi uma carta do secretário Pisseti e do governador Requião, ainda antes de ter entrado no PMDB, dizendo que a minha gestão foi de quitação de dívidas e absolutamente idônea.

Sobre a posição do governador Requião, com relação à minha atuação de Ministro, hoje o senador Requião, atual governador, é avalista da minha honra, porque, inclusive com relação à questão dos bingos, nós estamos vendo o governo do PT ir para um caminho diverso daquele que eu defendia, porque eu defendia a entrega dos bingos ao controle da Caixa Econômica Federal.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Peço um aparte a V. Exa.

O SR. RAFAEL GRECA DE MACEDO

Estou terminando e depois terei prazer de conversar com o deputado Vanhoni.

Eu defendia a entrega dos bingos à Caixa Econômica Federal. Isto já poderia ter sido feito. E o procurador Luiz Francisco de Souza, depois que eu deixei de ser ministro abriram-se muitos bingos e ele não processou nenhum outro ministro. Só processou a mim. Parecia uma perseguição pessoal. Eu, no meu tempo de ministro não dei nenhum alvará para bingo. Ministro não dá alvará para bingo. Foi dado um único alvará para bingo no

INDESP, que era numa instância de quarto escalão e eu fui processado pelo procurador Luiz Francisco de Souza, que depois se descobriu, ligado ao Partido dos Trabalhadores. Estranha-se o silêncio do diligente procurador. Eu tenho a posição do governador Requião.

Com relação ao meu discurso eu darei para o senhor ler lá na sua Querência, vendo o Rio Iguaçu e o senhor poderá refletir na frase de Heráclito de Éfeso - "Pode-se olhar diversas vezes o mesmo rio, nunca é a mesma a água que você vê".

Para concluir, eu quero dizer com relação ao pedagogo, daí já darei aparte ao deputado Vanhoni, que o governador ainda vai criar um caminho alternativo para o norte com asfaltamento da rodovia do Cerne, para que o povo possa defender os seus direitos, tendo direito os usuários de manifestar o seu grau de satisfação com os serviços prestados, sem precisar da proteção de Deus e sem ser enganado por mitos, mesmo que se disfarcem com a simpática figura do Papai Noel.

Tem o deputado Vanhoni o aparte.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Rafael Greca, V. Exa. sabe que tenho uma convivência com V. Exa. desde que foi prefeito desta cidade, na época fui vereador. Sempre tive respeito e admiração pelo senhor.

Neste ano, V. Exa. é deputado aqui junto comigo. O senhor fez uma mudança do ponto de vista político na sua trajetória. Todos nós louvamos esta sua mudança. Sou um daqueles que sou entusiasta pela sua nova postura de entender os problemas da sociedade. Mas V. Exa. não pode fazer as ilações que está fazendo ao governo do PT e do Lula. V. Exa. tem que provar qualquer ilação que faça ao meu Partido e ao governo federal de que esteja conivente com qualquer prática ilegal, seja do bingo ou qualquer outra, porque a sua afirmação tem este sentido. O governo federal não é a favor e o governo do Lula não é a favor de traquitana, nem de lavagem de dinheiro e nem de bingos, de coisas desonestas neste país. A história do PT assim comprova à sociedade brasileira. Não será o seu testemunho, seja ele qual for, que colocará em dúvida a lisura do governo do PT lá em Brasília.

Peço a V. Exa. que refaça as suas declarações. Se V. Exa. tem qualquer dificuldade, veja bem, nunca lhe fiz nenhuma e nenhum membro do meu Partido aqui na Assembleia, nunca lhe fizemos nenhuma admoestação em relação ao seu passado na gestão do Ministério ou da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Então, peço que o senhor tenha a mesma consideração com o meu Partido. Não coloque em dúvida, a não ser que possa provar, qualquer ato que o governo federal esteja tomando que seja contrário a honestidade, a proibição e a decência do governo da República em nosso país.

O SR. RAFAEL GRECA

Eu aguardo sinceramente, com grande esperança, o que pensei que ia acontecer no dia 6 de janeiro, seguinte a

posse do presidente Lula, quando, de manhã, se anunciou no jornal da Globo o controle dos bingos pela Caixa Econômica Federal e à noite se desmentiu. Eu pensei que isso ia acontecer. E vi o mesmo poder do setor que impediu que a minha Medida Provisória fosse posta em prática pelo presidente Fernando Henrique Cardoso ser impedida, por forças ocultas que existem dentro de Brasília. Eu levei ao Palácio do Planalto a Medida ao procurador geral da República, levei a Medida ao Dr. Gilmar Mendes na manhã do dia 13 de agosto de 1999 levei reservadamente de manhã, conto aqui publicamente porque agora já não há mais falta de ética nisso e à tarde o procurador Luiz Francisco de Souza me denunciou. Algo há quando uma coisa dessa gravidade acontece! Eu não tenho rabo preso com esse setor, eu não gosto de jogo, eu nunca entrei num bingo, eu não tenho nada a ver com isso, agora se a Lei Pelé diz que 7% do jogo tem que ir para o esporte e se a Abrabin está pondo na televisão um menino excepcional, um empregado de bingo e está mostrando, para o Brasil, que o setor é honesto e bom, ponham controle nessas catracas! Ponham controle nisso! Porque é igualzinho dizer que o Papa em Roma vai mandar dar, em cada paróquia uma percentagem da coleta por uma causa mundial e não colocar controle nenhum em computadores instalados em Bocaiúva do Sul, em Quatro Barras, em Ceilândia, em Manaus, em Brasília e em aqui em Curitiba. É muito estranho isso! É muito estranho isso!

Então nenhuma relação ao senhor presidente da República a quem respeito e em quem votei mas que o setor só tem no governador do Paraná o crítico e o controlador isso é verdade. Agora com relação a praças de pedágio o bingo rodoviário acabou.

Agora boas notícias, o governador do Estado me pediu, por telefone, antes de viajar para o interior, que anunciasse o pagamento integral do 13º salário para o funcionalismo no próximo dia 17. E pediu que se a Assembleia votar integralmente o plano de cargos e salários que o secretário Maurício Requião está propondo para o magistério, sem emendas, ele proporá o melhor plano de cargos e salários da história do Brasil para o Magistério Público do Paraná a ser implantado dentro dos limites e parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Como eu ainda tenho um pouquinho de tempo quero também convidá-los para a festa dos 150 anos. Dia 19 aqui na frente do Palácio o Teatro Paraná Água Grande da Nossa História, com cascata de fogos e se Deus quiser com um show do Chitãozinho e Xororó, às 19h30. Haverá uma tribuna de honra para os senhores deputados e seus familiares aqui no prédio da Assembleia. No dia 20 um culto evangélico com todas as igrejas evangélicas representadas no Paraná, com os senhores pastores também com cascata e fogos e com a apresentação da Banda Gospel, Os Filhos do Homem. E no dia 21 uma missão com o Padre Marcelo Rossi e os bispos do Paraná também às 19h30. Todos estão convidados.

Concedo o aparte ao deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira

Gostaria de perguntar a V. Exa., se o senhor está falando já como líder do Governo ou como líder do PMDB ao fazer esses comunicados. O senhor está dando conta de todo final de ano do Governo Requião, anunciando aumento, anunciando festividades, anunciando o pagamento de 13º em dia.

O SR. RAFAEL GRECA

Não almejo nada. Estou falando na humildade de amigo do governador. Estou dando boas notícias de Natal, já que era um discurso sobre o Natal.

O Sr. Valdir Rossoni

Apenas para pedir a V. Exa. se possível, e esse documento deve ser público, este comunicado, esta carta que V. Exa. recebeu do governador Requião e do secretário Pessuti da sua gestão perante ao Governo de Estado junto à secretaria de Comunicação, se eu pudesse ter uma cópia desta carta ficaria muito feliz. Porque por muitas vezes defendi esse Governo e pelo menos por esse período eu ficaria imune com esta carta em mão. Se V. Exa. tiver essa bondade natalina, queria que V. Exa. encaminhasse essa correspondência para ficar para que eu arquivasse também junto com as notas taquigráficas.

O SR. RAFAEL GRECA

Com muito prazer.

O Sr. André Vargas

Quem é que faz a denúncia ao Procurador Geral Luiz Francisco de Souza, que o denunciou em relação aos Bingos? Qual foi a personalidade que fez essa denúncia?

O SR. RAFAEL GRECA

Um comparsa seu chamado João Elias, que permanece até hoje acoitado com ele em todos os lugares onde ele vai.

O Sr. André Vargas

Quanto descaramento, quando descaramento. Lavem a boca antes de falar do PT.

O SR. RAFAEL GRECA

Por isso, deputado André Vargas? Não estou compreendendo o senhor. O senhor está me acusando? O senhor agora é juiz?

O Sr. André Vargas

O senhor lembra o pronunciamento do Roberto Requião senador quando fazia as denúncias e mandava ao Dr. Luiz Francisco?

O SR. RAFAEL GRECA

O senhor Requião, na carta que mandou ao ministro Pedro Parente me isentava. Estou satisfeito, não aceito provocações dessa Ordem. Quero esclarecer, que do passado guardo o que de bom ficou do passado, dentro do ensinamento Cristão do Tristão de Ataíde.

Feliz Natal a todos.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Horário das Lideranças do PPS com a palavra o senhor deputado Felipe Lucas.

O SR. FELIPE LUCAS

Boa tarde. É o meu primeiro pronunciamento e gostaria de cumprimentar a Mesa. E fazer os meus agradecimentos à Bancada do PPS pelo entrosamento que temos, à deputada Arlete Caramês o seu pronto restabelecimentos na área de saúde, ao deputado Marcos Isfer que nos tem auxiliado, ao deputado Leite e ao deputado Ratinho. A todos os deputados da Casa meus agradecimentos e aos diretores e funcionários desta Casa e à imprensa.

Ao ouvir os pronunciamentos, aqui, muitos pronunciamentos que nos trazem alegria, outros praticamente desnecessários. Mas gostaria de falar sobre o Programa do Leite, outro dia ouvi um comentário de que o programa do Leite talvez não satisfaça algumas necessidades. Mas queria ler para vocês alguns dados do censo da agricultura, do IAPAR, nos últimos anos, principalmente o censo de 2000, e que traz para nós com grande preocupação, na nossa região, que é a região centro-sul, onde 20, 1% da população, senhores, vivem abaixo da linha de pobreza, portanto, senhores, esta linha de pobreza é muito séria, e nós temos uma preocupação muito grande, onde temos uma população de 193.825 moradores, 39.177 vivem abaixo da linha de pobreza, e quando tivemos no lançamento do programa de leite, no município de Fernando Pinheiro, com o deputado Artagão Júnior, mais o secretário da Agricultura e vice-governador do Estado tivemos também, com uma grande surpresa quando nos deparamos, e alguém falou aqui, ou falam às vezes do programa.

Mas eu queria levar para vocês que nessa região, 414 crianças, no município de Imbituva, 782 crianças que tem necessidades urgentes; no município de Guamiranga, 254 crianças; no município de Inácio Martins, 467 crianças; no município de Irati, 1.172 crianças, isso abaixo de 6 meses; no município de Mallet, 240; no município de Rio Azul, 340; no município de Teixeira Soares, 242; e no município de Fernandes Pinheiro, 207.

Senhores deputados, nós sabemos que muitas coisas são importantes, mas precisamos nos deparar que esse programa é muito sério, nós temos mais de 3.000 crianças só nesta região, que tem uma idade abaixo dos 6 meses e que necessitam do leite, não que esse programa vá levar com que as mães deixem de amamentar, mas nós precisamos de uma união, de um Parlamento, de uma Assembléia, de toda a nossa sociedade, porque de fato, se

nós tivéssemos aqui 3.000 pequenas crianças abaixo dos 6 meses, nós podíamos ficar perplexos.

Acho que esse é um programa muito sério, é um programa que vai de encontro a todos os municípios do Paraná, e que rapidamente até a próxima metade do ano, de 2004, com certeza estará em Curitiba, mas nós temos muitas crianças também aqui em Curitiba, e estamos em todas as nossas regiões.

Esse programa é um programa que visa a suplementar, portanto, eu vejo com preocupação.

Eu só queria dizer que isso não é culpa de um governo estadual, de um governo federal, nem municipal, mas são talvez culpa de todos os nossos governos que passaram por aí e também como não, de todos nós, de toda a nossa sociedade, mas nós precisamos pensar, gente, nós estamos numa hora de fazer, além de um planejamento sério pensar em nos unirmos, e isso eu vejo com grande alegria, na nossa região, no hospital regional que representa a nossa região, hoje há um aporte mensal de 60.000 Reais para que possa ser usado em toda a região, ao mesmo tempo no consórcio de saúde de Irati ou da região, ele tem um aporte mensal de 27 mil reais, e também diria que eu tenho conhecimento que no município de Ponta Grossa também haverá um aporte imediato de 100.000 Reais na Santa Casa assim que a documentação esteja pronta.

Ao mesmo tempo haverá um aporte financeiro em torno de 2 milhões para o Hospital da Criança e Hospital Geral de Ponta Grossa, e assim por diante.

Eu tenho visto que o governo do Estado tem se preocupado com a Saúde, e agora mesmo com a Educação e nós esperamos que possamos fazer um trabalho para que possamos ajudar principalmente a toda nossa população e às crianças menores. Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

No Horário da Liderança do PFL, concedo a palavra ao deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados. Venho a esta tribuna, inicialmente, para dizer que aquelas coroas que foram colocadas neste plenário, tenho a certeza que a idéia não veio de um parlamentar desta Casa. Uma idéia de mau gosto com certeza veio por alguém lá, do Palácio Iguaçu, que passou a vontade expressa deles para alguns parlamentares da Situação e estes Parlamentares, com certeza, aceitaram esta idéia de mau gosto.

Mas, quero falar aqui do meu amigo deputado Rafael Greca de Macedo que, naquela tribuna, fez um pronunciamento e neste pronunciamento foi questionado por deputados, em especial pelo deputado Valdir Rossoni que questionou situações do passado, o confronto que houve entre o governador Roberto Requião e o Ministro Rafael Greca de Macedo. E quando Ministro, Rafael Greca, nós aqui, do PFL, Partido que o senhor fazia parte

o defendemos. Não só o deputado Elio Rusch, deputado Durval Amaral, o deputado Plauto e outros deputados que compunham, naquele período, o Partido da Frente Liberal. Em especial a defesa foi feita na crítica que o governo fazia a V. Exa. e hoje escuto o senhor dizendo que o governador Roberto Requião lhe abona em todas as suas situações.

Quero ler e depois vou lhe entregar o pronunciamento que o senador Roberto Requião fez no Senado Federal, quando V. Exa. Ministro, esteve conversando no Senado como Ministro da República. Vou ler um leve trecho do começo do seu pronunciamento, na Tribuna, do Senado Federal. Ele colocava desta forma, o Senador Roberto Requião: "Fiz uma denúncia que me veio às mãos ao Presidente da República, demonstrei, com clareza, o envolvimento de uma quadrilha comandada pelo ministro Rafael Greca na liberação de bingos no país e apresentei um projeto tentando sanear de uma vez por todas essa situação, eliminando o bingo.

Quer dizer, o pronunciamento do senador Roberto Requião lhe ataca radicalmente. E quando ele lhe atacava lá, os seus companheiros do PFL o defendiam nesta Casa, o deputado Rossoni também. Como nós defendemos o ministro Reinhold Stephanes, quando à época, a Bancada da Oposição tanto criticava no período em que ele esteve à frente do Banestado. E hoje, o ministro Reinhold Stephanes e ex-deputado federal está aí ocupando a Secretaria da Administração do Estado do Paraná. Como defendemos, também, o ministro Alcení Guerra que hoje compõe o governo Roberto Requião. Então, no Partido que o senhor fazia parte, pode ter certeza: o senhor deixou companheiros que lhe defendiam. Agora, não posso ouvir um pronunciamento do senhor elogiando o senador Roberto Requião depois de tudo que ele fez e lhe criticou no período em que o senhor esteve como Ministro da República.

No PFL o senhor deixou amigos e companheiros. Pode ter certeza, para o lado que o senhor foi, vai ter dificuldades de conviver. Porque lá estão aqueles que lhe acusaram, no período que o senhor esteve à frente do Ministério. Quero lhe entregar este pronunciamento e através dele o senhor possa ler as críticas que lhe foram feitas pelo senador Roberto Requião no Senado da República.

Concedo aparte ao deputado Rafael Greca.

O Sr. Rafael Greca

O aparte é de gratidão pela defesa feita no passado e de reafirmação, que ao me convidar para fazer parte do PMDB, o governador e ex-senador Roberto Requião se torna um avalista da minha honra. Porque, mais uma vez, reafirmo: do passado fica o que de bom ficou do passado e que nada que se disse com tanto rumor contra o então ministro Rafael Greca, ficou comprovado. Na verdade temos, já três ministros depois que eu fui ministro, alguns até bastante anônimos. E temos o cartel do bingo prosperando em todo o país. E só o governador Roberto

Requião tomando providências com o meu apoio contra esse setor desavergonhadamente, deslavadamente, descontrolado no país.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Entrego-lhe, deputado Rafael Greca, o pronunciamento do senador Roberto Requião e com certeza, como lhe falei, ele retirou tudo aquilo que ele falou de V. Exa. lá na tribuna do Senado Federal.

Era isso senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Horário destinado ao PSDB.

Concedo a palavra ao deputado Valdir Rossoni.

A SRA. CIDA BORGHETTI (Pela Ordem)

Só queria registrar e agradecer a Cocamar de Maringá, essa empresa vitoriosa do nosso Estado, em especial da nossa cidade, que está hoje nesta Casa demonstrando os produtos que são produzidos e feitos pela Cocamar, inclusive exportados, é um orgulho paranaense essa empresa, estamos aqui no saguão central com sucos e também com os outros produtos, para que todos, não só os deputados mas os funcionários da Casa, possam estar degustando e sabendo do que é feito aqui pelo nosso Paraná.

Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Agradecemos à deputada Cida Borghetti e a Cocamar pelo suco que nos envia aqui no Plenário.

Com a palavra, deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, procurarei ser breve e até para não deixar que uma polêmica esconda uma outra situação levantada por este parlamentar e por outros parlamentares desta Casa.

Pedi ao líder do Governo ontem, se ele pudesse nos trazer as explicações sobre os recursos da mídia a algumas rádios de Curitiba. Tenho certeza absoluta, - que o deputado Vanhoni, talvez pela falta de tempo, pelo excesso de final do ano, compreendo, não nos trouxe a informação. Mas é importante dizer novamente que há grande suspeita em cima desses recursos destinados a essas duas rádios de Curitiba.

Há poucos minutos recebi um telefonema dizendo e reafirmando as palavras que o deputado Jocelito Canto disse ontem aqui, que foi pago o empréstimo de campanha, não de 1990, o empréstimo de campanha da última eleição. E diga-se de passagem a informação que nos chega é de que existia na verdade no TRE, um furo de 400 mil reais, e que o TRE não aceitou a prestação de contas que agora está sendo resolvido através dessa situação.

Por isso gostaríamos de ter esses esclarecimentos, porque eles são importantes para a sociedade paranaense,

em especial, porque é cantada em verso e prosa a honestidade desse governo.

Era isso senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Horário destinado ao PDT.

(Declina)

PT.

(Declina)

Horário do PMDB, concedo a palavra ao deputado Antonio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho apenas para lembrar aos deputados e aos funcionários; cumprimentar o governador por ter antecipado o 13º salário ao funcionalismo do Paraná no dia 3 último.

Nunca se pagou com tanta antecedência o 13º aos nossos funcionários, isso significa austeridade no governo economia, deixando de lado os contratos superfaturados. Enfim, um governador que governou esse primeiro ano com muita honestidade, sinceridade, e sabendo tudo que acontece no governo. Teve o prazer de liberar o pagamento dos funcionários no dia 3, o 13º. A boa notícia aos funcionários do Paraná, é que ele pagará o salário do mês de dezembro no dia 17 próximo, também, antecipando em 13 dias mais ou menos.

Então, é um ato em que ele está premiando o funcionalismo do Paraná dizendo que talvez ele não possa dar tudo aquilo que ele gostaria, mas ele atingiu grandes benefícios ao nosso funcionalismo e vem premiar numa hora de final de ano, que não adianta só desejar Feliz Natal e Próspero Ano Novo se não der condições.

Quero dizer mais ainda, que talvez amanhã, nós tenhamos uma surpresa muito agradável aos nossos professores paranaenses, que chegue a esta Casa, talvez, amanhã uma Mensagem propondo o Programa de Cargos e Salários do funcionalismo, dos nossos professores.

Seria o ponto culminante do primeiro ano do governo se essa Mensagem chegar amanhã e tenho certeza que a Oposição, o Governo, os deputados independente de siglas partidárias iremos votar com a maior brevidade possível aquilo que o governador se propõe e aquilo que o Estado pode.

Então, quero cumprimentar o governador Roberto Requião por esses atos que estão justificando o Programa de Partido, o Programa de Governo e a realização de um sonho do funcionalismo do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Horário destinado à Liderança da Oposição.

Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Ontem a deputada Elza Correia colocou muito bem que a gente na política vê até boi voar. Realmente, tem algumas situações que a gente fica vendo boi voar mesmo. Ainda bem que a política e, principalmente, para quem exercer um mandato parlamentar, existem os Anais. Ficam registrados, deputado Elio Rusch, ficam registrados.

Eu fico muito à vontade quando vejo o deputado Valdir Rossoni, o deputado Plauto, o Elio, o Durval, enfim todos nós aqui, independentemente de sermos Situação ou Oposição, mantermos uma linha de coerência; acho que isso é o mínimo que precisamos fazer. Claro que existem acomodações, claro que nem todas as pessoas têm a mesma coragem, a mesma determinação e a mesma vontade. Claro que às vezes é preciso se aliar para ter a proteção. Tenho certeza que esse raciocínio não foi o raciocínio do deputado Valdir Rossoni, do Traiano, do Carli, do Elio Rusch, do deputado Durval Amaral porque por mais que nós entendamos o governador como uma pessoa extremamente corajosa, destemida, e efetivamente uma pessoa implacável com os seus adversários, nós não nos curvamos ao medo e nem com preocupações de retaliação. Até porque, fazemos Oposição não à pessoa do governador, que aliás já disse aqui inúmeras vezes, deputado Valdir Rossoni: eu o reputo como uma pessoa extremamente séria e inteligente e competente na sua atividade. Se alguns erros existem no governo, existem porque por mais competente que possa ser um governante ele não consegue ter em suas mãos todas as ações de seus secretários. Sabemos que, muitas vezes ou sempre, o governante não tem essa clarividência ao nomear um funcionário, de que no futuro ele possa estar agindo de outra maneira, outra forma. Nem tão pouco ele tem a clarividência se a pessoa está agindo de uma maneira que possa vir cometer algum indício penal.

Essas questões temos que deixar muito claras e, sabermos sempre que a Oposição nesta Casa jamais vai cobrar uma forma de comportamento de quem quer que seja. Cada um é livre o suficiente para agir como queira. Mas, pelo menos, coerência nós como parlamentares somos cobrados e entendemos que temos o direito de cobrar. Respeitando as instituições. Por exemplo, por mais desavenças que posso ter da ordem ideológica, respeito profundamente o partido do PT. Aliás, já disse isso, é um partido ideologicamente, pelo menos até antes de chegar ao poder, ideologicamente mais puro. Esse respeito partidário temos que ter.

Com toda a certeza faço este pronunciamento para dizer que o PFL, os deputados de oposição serão sempre vigilantes. Sempre vigilantes. Porque é este o ensinamento que todos aprendemos.

Tenho visto, por exemplo, essa denúncia que foi trazida ontem aqui que havia uma irregularidade na conta da campanha do governo que ganhou a eleição. Lembro-me que houve uma doação de uma empresa que era concessionária do serviço público. Tiveram que mudar a doação, porque foi impugnada, algo em torno de 500 mil

reais. Parece até que é de alguém que disputou a eleição no período passado. Naquela conta tiveram que mudar na última hora. Foi uma correria no Ministério Público, na Procuradoria, no Tribunal Regional Eleitoral e, efetivamente o governo que ganhou a eleição mudou a sua prestação de contas. Lembro-me quem pagou essa conta foi o diretório do PMDB.

Pasmem os senhores, fiquei sabendo posteriormente que foi feito um empréstimo no Paraná Banco para pagar essa conta. O PMDB fez esse empréstimo, até nada de mais. Fiquei estarrecido confesso, quando soube ontem que essa conta foi paga. E como ela foi paga? Foi paga com transferência de recursos públicos da Secretaria da Comunicação Social ou de Órgãos próximos e sob a orientação do ordenador da despesa. Foi paga. E as transferências foram feitas para emissoras de rádio e de televisão de quem é titular desse banco. Isso me parece extremamente grave.

Vamos agir aqui exatamente como agia o senador Roberto Requião quando encaminhou essa denúncia ao presidente da República e, por tantas vezes, encaminhou à Procuradoria da Justiça.

A Oposição vai encaminhar essa denúncia ao Ministério Público, e que ele possa quebrar os sigilos bancários dessas pessoas, dessas entidades. E possa apurar se o que está vinculado no jornal e que foi dito ontem nesta Casa e se essa cronologia existiu. Ou seja, uma conta de 500 mil reais impugnada pelo TRE uma conta de 500 mil reais paga pelo Diretório do PMDB. Posteriormente um empréstimo feito no Paraná Banco e, depois a Secretaria da Comunicação Social, Copel, não sei quem, efetivamente saca esses recursos, levanta esses recursos através de publicações vinculadas na mídia técnica e algumas emissoras de rádio vinculadas a essa pessoa.

Não estamos acusando não. Mas vamos encaminhar ao Ministério Público, porque ele tem os mecanismos necessários para quebrar o sigilo bancário, para ver a cronologia e apurar eventuais responsabilidades.

Tenho certeza e não quero crer que o nosso governador tenha tomado conhecimento disso. Espero pelo menos que não! Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Horário destinado ao governo, com a palavra seu líder Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente e senhores deputados.

Apenas para retificar as palavras do líder do PMDB e também do deputado Rafael Greca que, o governador do Estado antecipou para o dia 17 o pagamento do salário dos funcionários públicos do Paraná. É uma conquista significativa por parte dos servidores do Estado. O governo recuperou financeiramente a capacidade do Estado, antecipou o 13º semana passada e, na semana que vem, estará pagando o salário do mês de

dezembro. Isso melhora a condição dos nossos funcionários de poderem passar as festas natalinas com um pouquinho mais de tranquilidade em suas casas.

Além disso, quero convocar os senhores deputados hoje para uma reunião no Salão Nobre desta Casa, porque o secretário da Educação estará presente para apresentar um projeto de lei o qual estabelece um novo plano de cargos e salários para os professores do Estado do Paraná.

Sabemos que, há mais de 20 anos os professores do nosso Estado lutam pela sua dignidade profissional. É uma categoria que exerce um papel importante na sociedade, pois transmite, de uma maneira estrutural, o conhecimento, o saber para a maioria da população do Paraná.

Se queremos construir no Brasil, no Paraná uma sociedade verdadeiramente democrática, essa sociedade, sem sobra de dúvida, está alicerçada na crítica, na capacidade de crítica, de conhecer a si próprio, mas também de saber conhecer a realidade. E a educação tem um papel fundamental na construção dessa sociedade que todos desejamos. Seja mais igualitária, mais justa e mais fraterna.

E não haverá educação, não haverá processo de educação que possa dignificar o indivíduo e a sociedade que não passe pela dignidade da profissão do professor.

Nesse sentido, o governador Roberto Requião, através de seu secretário da Educação estará apresentando aos deputados, agora no Salão Nobre, as premissas gerais que nortearão o novo plano de cargos e salários dos professores a partir do ano que vem.

Esse projeto deverá ser lido amanhã. E a nossa intenção, ainda no período da tarde, no começo da noite, é de terminar a votação desse projeto.

Inaugurando um novo momento na história da educação do Estado do Paraná. Tenho certeza que o Paraná vai ser exemplo para o Brasil em relação ao projeto que deveremos discutir.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 senhores deputados:

Sobre a mesa, Ofício nº 175/2003/CPIPR, subscrito pelo deputado José Maria Ferreira, na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sedu Paranaidade, constante do expediente, encaminhando o Relatório Final desta CPI, bem como o voto em separado, em anexo, do deputado Elio Rusch, para os trâmites legais. **À Comissão Executiva.**

Projeto de lei de autoria do deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2913, de autoria dos deputados Padre Paulo Campos, Duílio Genari, Ângelo Vanhoni, Marcos Isfer e Antonio Anibelli, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 11/12/2003 em Comissão Geral para votação do Projeto de Lei nº 733/2003, (dispõe sobre a remuneração dos Cargos de Provimento em Comissão de secretários de Estado). **Recebido na forma do artigo 107, do Regimento Interno.**

Requerimento nº 2899, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de Sessões Extraordinárias, logo após a presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ANDRÉ VARGAS (Pela Ordem)

Senhor presidente, sei naturalmente que não se trata de uma questão de ordem, e cheguei atrasado pois estava atendendo a imprensa, mas quero usar a palavra por 30 segundos apenas para congratular-me com a minha cidade, da deputada Elza Correia e do deputado Barbosa Neto, pelos 69 anos que completa hoje. Uma cidade pujante, nova, jovem e a segunda maior cidade do Paraná.

Quero cumprimentar o prefeito Nédson Miqueleti por este aniversário, lamentando, naturalmente, não termos estado para as festividades que ocorrem neste dia tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Parabéns, pelo aniversário de Londrina!

O SR. FRANCISCO BÜHRER (Pela Ordem)

Senhor presidente, não é uma questão de ordem, mas é por justa causa. Gostaria de convidar aos deputados, aos funcionários destas Casa, nossa imprensa, pois ontem se falava que Papai Noel não existe nesta Casa, mas lá em São José dos Pinhais, existe. Temos a Casa do Papai Noel, está situada no Jardim Afonso Pena, ao lado da Igreja Monte Claro, é muito bonito, vale a pena comparecer. Aqueles que têm filhos menores, netos, sobrinhos, compareçam, porque a entrada é um brinquedo que pode ser usado ou de R\$1,99, que são levados às crianças mais carentes do município de São José dos Pinhais; é entregue às entidades que atendem essas crianças.

Estamos convidando, pois vale a pena conhecer a Casa do Papai Noel em São José dos Pinhais.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu ouvi o convite do deputado líder do Governo, Ângelo Vanhoni, tendo em vista que logo mais o secretário da Educação vai estar entregando, nesta Casa de Leis, o Quadro de Cargos e Salários para os professores públicos do Estado do Paraná. Talvez a Base do Governo tenha como intenção votar esse projeto ainda neste período legislativo, mas acho que seria oportuno para todos nós, parlamentares, apesar de que tenho certeza que o seu convite não foi restrito apenas aos deputados da Base do Governo, mas seria importante trazer o secretário da Educação ao plenário da Assembléia Legislativa para que aqui pudéssemos inquiri-lo e discutir amplamente essa matéria que é de extremos interesse da sociedade, principalmente dos professores do Estado do Paraná.

Se vamos ter que votar muito rapidamente, não vamos postergar, fazer uma reunião, duas, três; vamos trazer logo o secretário ao plenário, vamos questionar, discutir, esclarecer todas as dúvidas para que a Assembléia possa votar com total isenção esse projeto.

É a minha sugestão!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

Senhor presidente, acompanhei a comunicação desse projeto que, como disse o deputado Durval Amaral, está vindo para esta Casa e acho que já há muito tempo o aguardamos, razão pela qual, na minha opinião, esta Casa deverá fazer todos os esforços necessários para discutir amanhã, depois de amanhã, enfim, dentro do período regimental que ainda temos e nos resta, para que possamos fazer a votação.

Tenho certeza absoluta que neste tempo teremos a possibilidade de discutir aquilo que vai se encontrar dentro desse projetos.

Muito obrigado!

O SR. HERMES FONSECA (Pela Ordem)

Senhores deputados, gostaria de comunicar a todos os membros da CCJ que teremos uma reunião extraordinária amanhã às 9h.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Só para comunicar à Casa, diante dessa preocupação que o deputado Durval Amaral manifestou, que está havendo uma reunião agora entre a APP, Sindicato dos professores e o secretário Maurício Requião.

Acredito que aquilo que for de acordo com a APP e o Governo, nós temos, inclusive por obrigação, que referendar, porque os maiores interessados que seja votado esse projeto este ano e que possamos fazer redenção dos professores, naturalmente, são eles próprios. Então, comungo com aquilo que foi dito aqui pelo depu-

tado Durval Amaral: para que possamos discutir, fazer um debate, mas em hipótese alguma deixemos de votar esse projeto este ano, até porque essa é uma dívida, há oito anos os professores estão esperando para que venha a este plenário um projeto que possa buscar recompor seus salários.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Só encareço realmente para que esse debate, ao invés de se restringir a uma sala fechada, que possa ser feito no plenário com todos os deputados, até pela consideração que tem certamente o secretário pela APP, está amplamente discutido, já discutiu por diversas vezes. Acho que todos os parlamentares de Situação ou de Oposição merecem também conhecer com profundidade.

Agora, concordo e faço as palavras do deputado Tadeu as minhas. Nós temos que votar esse projeto neste período legislativo, mas para isso precisamos minimamente conhecer essa matéria.

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Acho absolutamente plausível a solicitação do deputado Durval Amaral e é bom que o meu querido amigo saiba como é difícil ser deputado aqui nesta Casa, apresentar requerimentos convocando e nunca tendo a possibilidade de trazer secretário aqui. Quando o deputado Durval Amaral era líder do Governo, não permitia que secretário de Estado viesse ao plenário fazer prestação de contas.

Por isso, sou plenamente favorável, acho que esta Casa tem que se valorizar, tem que cumprir o seu papel, não só agora como no passado também. Todavia, pela exigüidade do tempo, pela maneira como foi estabelecido esse debate, creio que pelo encerramento do período legislativo amanhã, seja um pouco difícil o secretário Maurício Requião vir aqui, mas fica uma recomendação para que em outros episódios possamos debater profundamente todos os temas que estejam ligados com o povo do nosso Estado.

O SR. DURVAL AMARAL

Aproveitando ainda, só em consideração e respeito ao deputado Nereu, quando ele coloca com muita propriedade até e faço minhas as suas palavras, de que muitas vezes na Liderança do Governo passado não trazíamos com a frequência desejada pela Oposição, secretários de Estado, e assumo isso. É extremamente verdadeiro, como são extremamente verdadeiras as críticas que a Oposição passada fazia de que as matérias não podiam chegar na Assembléia Legislativa de afogadilho para serem votadas na última hora.

Então, vejam só, é o contraponto, deputado Nereu: ser Situação e ser Oposição. Os mesmos argumentos que a Oposição usava, hoje a Oposição usa; os

mesmos argumentos que a Situação usava, hoje a Situação defende. E nós temos que entender porque é democracia.

O SR. NEREU MOURA

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Se o deputado Durval Amaral quiser debater o assunto, concordamos e votamos o ano que vem o PCCS dos professores. Fica à vontade do deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Votar incondicionalmente esse ano.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Quero esclarecer talvez um mal-entendido que esteja ocorrendo no plenário. O deputado Durval Amaral comunicou-me que iria fazer esse apelo no plenário.

Eu, como líder do Governo, convidei o secretário para vir aqui e rapidamente fazer uma explicação. Não é para debater o projeto. Amanhã, na votação, se os senhores deputados acharem que precisa vir qualquer técnico ou secretário para debater o projeto, essa possibilidade existe, não há problema. É apenas um técnico da Secretaria da Educação que virá aqui para explicar o que está se pretendendo com o projeto e será entregue uma cópia do mesmo para cada deputado.

Nós podemos ficar aqui até segunda-feira, que é constitucionalmente o dia que encerramos os trabalhos, votando o projeto do PCCS e discutindo largamente todas as questões relativas ao projeto.

Não há nenhum óbice de fazer qualquer obstrução à discussão.

Para que não fique mal-entendido em relação ao convite que fiz ao secretário, que traga dois técnicos da Secretaria para explicar que se trata de um Plano de Cargos e Salários, tabelas em cursos, enfim há uma série de problemas, a maior parte dos deputados não está afeita à matéria, precisa conhecer melhor. E nós teremos aí quanto tempo necessário para discutir: quinta-feira até a meia-noite, sexta-feira até a meia-noite e segunda-feira o dia inteiro. Não haverá problema.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 369/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que inclui na área da abrangência do Ciretran de Manguierinha, o município de Honório Serpa. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 369/2003 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica incluído na área de abrangência da Ciretran de Manguierinha, o município de Honório Serpa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 09.12.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 586/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que altera o inciso XIII, do artigo 155, da Lei Complementar nº 85, que estabeleceu a Lei Orgânica e o Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná. COM PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 720/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 045/2003, que estabelece o quantitativo de cargos de professor de ensino superior, integrantes da carreira do magistério público do ensino superior do Paraná a que se refere o capítulo I da Lei nº 11.713, de maio de 1997 conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 273/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, que autoriza a criação da disciplina de informática para rede pública. SEM PARECERES. (Publ. no DA nº 035/2003, de 19.05.2003).

Em votação.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, peço para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Para encaminhar a votação, deputado Elton Welter.

O SR. MARCOS ISFER

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, só gostaria de, a pedido do deputado Ademir Bier, fazer uma convocação aos deputados membros da Comissão de Orçamento, que tão logo terminada esta Sessão possamos nos dirigir à Sala das Comissões, onde deveremos votar o Substitutivo do Projeto de Orçamento para que amanhã ele possa vir a Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está feito o convite.

Pedindo escusas ao deputado Elton Welter, há sobre a mesa um requerimento que foi recebido conforme o artigo 107 do Regimento, ontem, que nós vamos ter que votar antes de fazer a discussão da matéria.

Requerimento nº 2891, de autoria do deputado Barbosa Neto, com apoio dos senhores deputados Reni Pereira, Artagão Júnior, André Vargas e demais deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Ordinária de 10.12.2003 em Comissão Geral para votação do Projeto de Lei nº 273/2003. **Aprovado.**

Quero designar o deputado José Maria Ferreira para relatar o Projeto de Lei nº 273/2003.

O SR. HERMES FONSECA

Nos dois projetos da pauta, este e o seguinte, consta na publicação da pauta de hoje que são projetos sem parecer. Acho que a pauta publicou equivocadamente, porque tem parecer contrário da CCJ; a matéria já foi votada na CCJ e arquivada. Os Projetos nº 273 e 274 foram relatados na CCJ pelo deputado Tadeu Veneri, com parecer contrário pela ilegalidade e inconstitucionalidade; com parecer contrário da Assessoria Legislativa da Casa e com parecer contrário da Secretaria da Educação.

Em razão disso, em virtude da inconstitucionalidade e ilegalidade, os projetos foram arquivados.

Chegaram à Mesa, não sei de que forma, e na pauta consta que os projetos estão sem parecer. O parecer está nas mãos do presidente, do deputado Elton Welter, do deputado Líder do PT, Padre Paulo, e do presidente da Casa, Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Quero consultar o deputado José Maria se, diante desse esclarecimento poderíamos passar para o deputado Tadeu Veneri, para relatar, dar o parecer?

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

A CCJ, segundo o relatório que trouxe aqui o deputado Elton Welter, tem relatório.

Então, acho que aqui precisa verificar por que ele não consta na pasta. E não tenho nenhum problema de declinar e acho até que o deputado Tadeu Veneri, que já fez o relato, é a pessoa mais indicada.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Vou pedir para o deputado Tadeu Veneri ler o parecer feito pela Comissão para que então possamos votar o projeto.

Vamos ouvir o parecer do deputado Tadeu Veneri.

O SR. BARBOSA NETO (Para Discutir)

Não é porque o projeto tem parecer contrário que ele não possa vir para este plenário, nós conseguimos a votação em regime de urgência. Há mais de quatro meses que estamos solicitando a discussão deste projeto, a CCJ não enviou para a Comissão de Educação. E nós gostaríamos que fosse transformado em Comissão Geral para que pudéssemos discutir aqui o mérito. Comissão Geral já está aprovada, é claro, e o Plenário é soberano para discutir em relação ao mérito dele.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Deputado Barbosa Neto, vou pedir para que o 1º secretário proceda à leitura do parecer e depois V. Exa. poderá fazer então um encaminhamento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Nelson Tureck)

(Lê):

“COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 273/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Barbosa Neto, tem por objetivo autorizar a criação da disciplina de Informática para a rede pública.

É inegável o alcance social do projeto dessa natureza e cumpre importante papel no fim da exclusão digital.

O ensino de Informática nas escolas públicas, seja através de matérias específicas, seja através de Temas Transversais dentro das disciplinas já existentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394 em seu artigo 27 contempla o previsto no presente projeto de lei.

Art. 27 - Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres do cidadão, de respeito ao bem comum e à ordem democrática.

Os argumentos supra dizem respeito ao mérito e não cabe a essa comissão analisá-lo.

A CCJ adotou o entendimento de que projetos dessa natureza ou aquelas cuja iniciativa seria de competência privativa do Poder Executivo deveriam ser transformados em indicação.

Na forma do artigo 128 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, indicação é a proposição de qualquer deputado sugerindo a manifestação da Assembléia, ou de suas Comissões sobre determinado assunto de competência do Poder Legislativo.

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

O presente projeto, portanto, encontra-se eivado do vício de origem.

Assim, diante do óbice apontado o projeto de lei apresenta-se ilegal e inconstitucional, sendo nosso parecer contrário à tramitação regimental, e como forma de preservar os nobres objetivos do deputado autor, assim como de oportunizar ao governador que envie projeto de lei a este Legislativo, toma a iniciativa esta relatoria de propor a esta Comissão, que o projeto de lei ora relatado seja enviado ao Departamento Legislativo para conversão em Indicação Legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.08.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

TADEU VENERI - Relator"

Era isso senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Solicito ao deputado José Maria que relate o parecer da Comissão de Educação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, peço ajuda dos colegas universitários, aqui.

(Risos)

O SR. TADEU VENERI

Senhor presidente, o problema é que esse projeto, quando foi transformado em indicação, foi sugerido que fosse para a Comissão de Educação, mas ele não foi remetido. Fizemos na segunda-feira uma solicitação ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, para que o remetesse para a Comissão de Educação, para que essa Comissão pudesse observá-lo. Até aonde sei, esse projeto não foi à Comissão de Educação. Depois, ele veio direto para a Mesa.

Então, não tem parecer da Comissão de Educação.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)

(Assentimento)

Senhor presidente, estamos em Comissão Geral de Plenário? Solicito a V. Exa. que determine um relator para o projeto, dê cinco minutos para que ele possa fazer o relatório e coloque o relatório em votação. Não há outra forma de se fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Obrigado pela ajuda, deputado Augustinho Zucchi.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Agradeço ao deputado Augustinho Zucchi.

Mas tomando conhecimento, sou favorável ao projeto e que ele seja transformado em indicação e encaminhado à Secretaria da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Em discussão o parecer do deputado José Maria Ferreira.

O SR. BARBOSA NETO (Para Discutir)

Gostaria de fazer um apelo aqui, a todos os pares desta Casa, que compreendessem não apenas o escopo do projeto, mas a tentativa deste deputado, que desde março protocolou o pedido para que esse projeto viesse a esta Casa. Ele passou pela Comissão de Constituição e Justiça, recebeu esse parecer contrário. Estou solicitando regime de urgência e, depois solicitei para que ele fosse a Comissão de Educação. A Comissão de Constituição e Justiça arquivou, o que, inclusive, fere o Regimento Interno de acordo com o artigo 9º.

E tem mais uma outra questão: projeto de indicação, segundo o artigo 123, parágrafo 3º, não prevê a necessidade de vir a plenário, não tem força de lei.

Nós gostaríamos, então, que esse projeto pudesse ir à votação, mesmo que receba desconsideração por parte desses deputados, mas que pudéssemos votar. Afinal de contas sabemos que, hoje, é uma necessidade muito grande da inclusão social, principalmente, através de um curso de Informática. Porque é um problema seriíssimo no mundo inteiro, quem hoje não possui pelo menos um mínimo de conhecimento na área de informática, está excluído do mercado de trabalho.

É um projeto autorizatório, não cria ônus para o Estado.

Nós gostaríamos que ele pudesse ser apreciado pelos deputados na forma de projeto autorizatório e não de indicação, senhor presidente.

O SR. RATINHO JÚNIOR (Para Discutir)

Senhor presidente, inclusive encaminhamos no semestre passado, aprovamos em plenário um requerimento deste deputado, com a assinatura de nove líderes de Partidos, para que os projetos autorizatórios continuassem tramitando normalmente pela CCJ e pelo que parece não é isso que está acontecendo.

E como disse já o deputado Barbosa Neto, projeto de indicação não tem força perante o Executivo. É apenas uma sugestão ao Executivo e não tem força de lei.

Então, nós pedimos, inclusive o apoio dos demais deputados, eu que faço parte do Bloco Independente, juntamente com o deputado Barbosa Neto, hoje o computador, isto é comprovado através de pesquisa, uma criança aprende doze vezes mais com o computador na sua frente do que em uma sala de aula. Então é importante que as crianças de baixa renda, que não têm o poder aquisitivo para comprar o computador em sua casa e poder entrar na internet, conhecer o mundo através do computador. É importante que as escolas públicas adquiram este tipo de

material e dêem aula didática para as crianças, principalmente sobre a internet.

Então, é um projeto brilhante que não tenho dúvida que tem o apoio da maioria dos deputados, até porque estamos numa semana para discutir a proposta do governo do Estado em aumentar o salário do professor, valorizando a educação e, sem dúvida alguma, isto vai estar ajudando a valorizar a educação e melhorar a qualidade de vida e de aprendizado das nossas crianças do Estado do Paraná.

O SR. BARBOSA NETO (Para Encaminhar)

Gostaria de agradecer as palavras do deputado Ratinho Júnior e agradecer até mesmo aqueles que estão sensibilizados com este deputado e que poderiam até mesmo votar a favor deste projeto, mas num gesto de boa vontade, até para não criar ônus para o Estado.

Gostaria de solicitar a compreensão dos deputados para o projeto seguinte que iremos discutir. Aí eu abriria mão deste projeto e gostaria de pedir a compreensão e acima de tudo o voto favorável ao outro projeto que vamos encaminhar e que está na sequência da pauta, senhor presidente.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Uma informação, senhor presidente, tem algum requerimento sobre a mesa a respeito do projeto que deve ser apreciado pelo Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Transformando em Comissão Geral. Já foi votado e já é Comissão Geral.

O SR. RENI PEREIRA

Senhor presidente, eu gostaria de pedir vistas ao projeto e encaminhar contrário ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Deputado, não cabe pedido de vistas ao projeto.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Senhor presidente, se V. Exa. me permitir, uma vez dado o parecer pelo deputado José Maria Ferreira...

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Discute-se e vota-se.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Não, tem que se votar o parecer. É o Plenário que tem que votar o parecer!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Encaminhou-se e agora vota-se.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

O parecer da Comissão Geral de Plenário não é o parecer da Comissão de Educação. É o parecer que responde pelo Plenário e assim deve ser submetido à votação o parecer.

Agora, o parecer, quer me parecer - não sendo redundante mas já sendo, que o deputado José Maria deveria encaminhá-lo por escrito e V. Exa. deveria passar a outro ponto da pauta, até que pudéssemos voltar a esse item para votar o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Já foi dado o parecer, vai ser discutido e vamos votá-lo.

Ninguém mais para encaminhar a votação do parecer do deputado José Maria vamos para a votação...

O SR. HERMES FONSECA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, gostaria de deixar bem clara a posição da Comissão de Constituição e Justiça, que não julga o mérito da questão. Nada contra o mérito da questão, nada contra o mérito. O que a Comissão de Constituição e Justiça se pronuncia é contra a forma de fazer as coisas.

Gostaria que o senhor presidente da Mesa pudesse acompanhar o raciocínio, nada contra o mérito, mas sim, contra a forma como este projeto está na Mesa hoje, é inadequada.

A Comissão de Constituição e Justiça analisou a constitucionalidade da matéria, não apenas ela, a assessoria legislativa e foram feitas diligências à Secretaria de Estado que se pronunciou da mesma forma. O Projeto está eivado de inconstitucionalidade, de ilegalidade de vício de origem.

O governo do Estado, e a Secretaria não precisa de autorização de ninguém para fazer o que ela está autorizada a fazer já, isso é competência da Secretaria de Estado da Educação dizer se vai implementar ou não a disciplina de informática, se ela vai implementar ou não, no projeto seguinte, o período integral; isso é competência exclusiva da Secretaria. É isso que se discute, não estamos aqui discutindo o mérito, que é bom. Agora, a nossa função, lá, é dizer se é legal ou ilegal, se é constitucional ou inconstitucional, se está contrariando ou não o Regimento Interno.

Por isso eu gostaria de deixar definitivamente esta posição da Comissão de Constituição e Justiça porque o parecer do ilustre deputado Tadeu Veneri foi pela ilegalidade e pela inconstitucionalidade.

Os autores do requerimento deveriam ter requerido, não uma Comissão Geral, mas ter requerido da decisão da Comissão de Constituição e Justiça. Então a forma está completamente errada e eu quero dizer, desde já, que o meu parecer é contrário e eu peço a todos os integrantes da CCJ que subscreveram o parecer do deputado Tadeu Veneri que mantenham o seu voto contrário a esse projeto.

O SR. BARBOSA NETO (Para Encaminhar)

Eu gostaria de lembrar apenas que este é um projeto autorizatório e que não cabe aqui consultar até a Secretaria da Educação que não tem que emitir parecer sobre a legalidade ou constitucionalidade. Mas, mesmo assim, eu gostaria de dizer que o Plenário é soberano para decidir e estou pedindo para que vote contrariamente a esse parecer que acabou de ser colocado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Em votação o parecer. Deputados favoráveis, permaneçam como estão.

O SR. RENI PEREIRA (Pela Ordem)

Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

O parecer é contrário ao projeto; ele está dando para que seja indicativo.

Verificação de votação.

Deputados que aprovam o parecer queiram levantar-se. 13 (treze) deputados aprovam.

Deputados que rejeitam queiram levantar-se. Rejeitado o parecer.

Em votação o projeto.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (Para Encaminhar)

Senhor presidente e senhores deputados. Esta Casa tem adotado de forma grandiosa a prática, através da CCJ, que visa valorizar os projetos iniciativos de cada deputado desta Casa de Leis. Se formos fazer iniciativas de projetos de cunho autorizatório teremos milhares e milhares que passarão por aqui. O mérito do projeto é até louvável, a questão da criação da disciplina de informática nas escolas públicas. A maioria das escolas públicas já dispõem de equipamento de informática, onde os alunos podem praticar, se a direção quiser, independente de Lei. Por isso, na Comissão se sugeriu que se fizesse em forma de Indicação Legislativa. Inclusive a Mesa sabe como proceder com iniciativas louváveis como esta do deputado Barbosa Neto.

Infelizmente, por desatenção, quem sabe, ou para não se indispor com colegas deputados, votamos favorável ou contrário.

Vou votar contrário ao projeto, porque está se praticando uma grande injustiça com a CCJ, que tem adotado um critério para valorizar a boa prática legislativa da boa lei, da lei justa, da lei correta, para não criarmos um monte de leis que não terão utilidade. Por isso estamos adotando esse novo método, inclusive deliberado pela maioria desta Casa. Ou se muda novamente o método ou vamos cair no descrédito.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Gostaria de saber se vamos discutir o método ou a legalidade e a constitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Vamos votar o projeto.

O SR. RATINHO JÚNIOR

Mas a legalidade e a constitucionalidade já foram votadas?

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

O projeto pode ser aprovado ou rejeitado nesta votação.

O SR. RATINHO JÚNIOR

É a primeira discussão?

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Vou ser bem breve e tecer apenas alguns pontos de vista que eu acredito serem importantes num momento como esse de discussão de um projeto que visa, sem dúvida nenhuma, corrigir certos preconceitos que são colocados pelo mundo em que vivemos. O problema da exclusão digital é hoje um fenômeno mundial. Lamentavelmente, a informática é fundamental para a inserção de todos nós num mundo globalizado, num mundo digital, que é o que estamos vivendo hoje. Quem não fala a linguagem do computador está alijado, não apenas do mercado de trabalho, mas de todos os meios de acesso à informação. Hoje, todo o processo de informação se dá através da digitalização, através da informática. Nesse mundo globalizado em que vivemos, quem não tem o mínimo de conhecimento em computador é um analfabeto funcional. Então rogo, aqui, aos colegas faço essa exortação para que apoiemos esse projeto. O acesso à informação é via computador e só através do computador que vamos chegar à inclusão social e vamos libertar o nosso povo, que está distante das condições mínimas de vida digna justamente por falta de inclusão social.

Esses argumentos, eu gostaria que fossem considerados pelos parlamentares desta Casa.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Em votação o parecer favorável do deputado Tadeu Veneri. **Aprovado.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, que autoriza a Inclusão do Sistema de Educação em Tempo Integral no Ensino Fundamental da rede pública. SEM PARECERES. (Publ. no DA. nº 035/2003, de 19.05.2003).

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2892 de autoria do deputado Barbosa Neto, com apoio dos deputados Doutor Luciano, Valdir Rossoni, Renato Gaúcho e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária

de 10.12.2003 em Comissão Geral para votação do Projeto de Lei nº 274/2003. **Aprovado.**

Em discussão o projeto que acaba de ser lido.

Está em votação o projeto. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ELTON CARLOS WELTER (*Pela Ordem*)

Com meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (*Natálio Stica*)

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 312/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que altera a Lei nº 12.493, de 22.01.99, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos no Estado do Paraná, visando ao controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 042/2003, de 02.06.2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 312/2003

P A R E C E R

Histórico

O Projeto de Lei nº 312/2003, de autoria da deputada Elza Correia, altera a Lei nº 12.493, de 22 de janeiro de 1999, acrescentando parágrafo único ao artigo 10, proibindo a instalação e funcionamento de empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais em distância inferior a vinte quilômetros de núcleos populacionais.

Fundamentação

O projeto de lei não apresenta óbices de natureza legal ou constitucional.

A Assembléia Legislativa possui competência para dispor sobre a matéria, conforme artigo 53, incisos VI e XVII da Constituição Estadual, que assim dispõe:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

omissis

VI - normas suplementares de direito urbanístico, bem como de planejamento e execução de políticas urbanas;

omissis

XVII - matéria de legislação concorrente da Constituição Federal”

A Comissão Federal por sua vez dispõe em seu artigo 24:

“Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;”

No mérito, a matéria encontra respaldo legal na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

Dispõe a Constituição Federal em seu artigo 225:

“Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Da mesma forma dispõe a Constituição Estadual em seu artigo 207:

“Art. 207 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.”

Com efeito, pode e deve o Estado (artigo 24 da Constituição Federal c/c o artigo 207 da Constituição Estadual) obrigar os municípios a manter as estações de tratamento de resíduos sólidos a pelo menos vinte quilômetros de distância dos pólos urbanos, a fim de preservar a incolumidade da população.

Todavia, entendemos que os municípios deverão dispor de um prazo razoável para atender o contido no projeto de lei, pelo que aumentamos o prazo para o início da vigência da lei.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ AO PROJETO DE LEI Nº 312/2003

O artigo 1º passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - O artigo 10 da Lei nº 12.493, de 22 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido dos parágrafos primeiros e segundo com a seguinte redação:

§ 1º - Ficam proibidos, em todo território do Estado do Paraná, a instalação e o funcionamento de empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais em distância inferior a vinte quilômetros de núcleos populacionais.

§ 2º - Os empreendimentos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais que estejam funcionando em desacordo com o disposto no parágrafo primeiro, terão prazo de três anos, a contar da data da vigência desta lei, para se adequarem.”

Sala das Sessões, em 21.10.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Apoiamento:

Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**PROJETO DE LEI Nº 312/2003****P A R E C E R :**

O projeto de lei em exame, de autoria da nobre deputada Elza Correia, tem por objetivo alterar a Lei nº 12.493/2003, de 22/01/99, que dispõe sobre princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná, visando ao controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a manifestar-se, opinamos pelo parecer favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.11.2003.

(aa) WALDIR LEITE - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Para Encaminhar)

Senhor presidente, apresentei uma emenda modificativa ao projeto, única emenda que tem, e solicitaria a sua retirada, para que não prejudicasse o projeto da deputada Elza Correia, porque, da forma que foi apresentada a Emenda, ele, com certeza, na hora de colocar em execução, terá dificuldade.

Portanto, solicito a V. Exa. a retirada da emenda de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está retirada a emenda, por ordem do autor.

Em votação o projeto.

Deputados que aprovam.

Aprovado.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 333/3003, de autoria da deputada Elza Correia, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDH E CONTRÁRIO DA SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 355/2003. (Publ. no DA nº 047/2003, de 10/06/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**PROJETOS DE LEI Nºs 333/2003 e 355/2003****P A R E C E R****Histórico**

O Projeto de Lei nº 333/2003, de autoria da deputada Elza Correia, dispõe sobre penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual. O Projeto de Lei nº 355/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, estabelece penali-

dades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em virtude de sua orientação sexual e dá outras providências.

Fundamentação

Os projetos não podem tramitar por esta Casa de Leis por estarem em desacordo com a Constituição Federal.

A Constituição Federal efetivamente proíbe em seu artigo 5º qualquer discriminação entre seus cidadãos, inclusive em virtude da orientação sexual.

Também é de conhecimento de todos o grande problema social enfrentado pelos homossexuais em seu dia-a-dia, tendo em vista a discriminação existente de todos os setores da sociedade contra eles, em virtude da sua preferência sexual. Diante deste quadro, justa é a preocupação dos nobres pares em coibir tal situação, porém, a Assembléia não tem competência para legislar sobre a matéria.

Ambos os projetos criam penalidades para aqueles que discriminem pessoas em virtude da sua orientação sexual.

Todavia, os Estados somente podem criar penalidades para as situações e matérias sobre as quais podem legislar. Desta forma, o Estado pode criar penalidades para os seus servidores, para seus contribuintes, mas não para seus cidadãos em virtude da sua conduta.

Esta prerrogativa é exclusiva da União, somente esta pode criar penalidades pela conduta de seus cidadãos, devendo tal legislação ser uniforme em todo o território nacional.

O direito que regula a conduta das pessoas a fim de obter a pacificação social e a manutenção da ordem é o Direito Penal.

Com efeito, de acordo com a Constituição Federal em seu artigo 22, inciso I, somente a União pode legislar sobre Direito Penal, aos Estados não cabe sequer legislar sobre tal matéria de forma suplementar.

A União inclusive já editou duas leis que coíbem a discriminação de pessoas em virtude de características pessoais.

A primeira é a lei que define crime de discriminação de deficiente físico - Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989.

A segunda é a lei que coíbe o preconceito em virtude da raça ou da cor - Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989.

Desta forma, cabe a União legislar sobre a matéria, não havendo meios legais para que o Estado regule estas situações.

Conclusão

Pelo exposto, opino pela aprovação do substitutivo geral, em anexo, este é o parecer, salvo melhor juízo da douta Comissão de Justiça.

Sala das Comissões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AOS
PROJETOS DE LEI N^{os} 333 E 355/2003

Art. 1^o - Será punida, nos termos desta lei, toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra pessoas em virtude de sua orientação sexual.

Parágrafo Único - São passíveis de punição os estabelecimentos privados, com ou sem fins lucrativos, e os detentores de função pública, civil ou militar, que atentarem contra o disposto nesta lei, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 2^o - Consideram-se atos atentatórios e discriminatórios, para os efeitos desta lei:

I - praticar qualquer tipo de ação ou omissão violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica;

II - proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público;

III - praticar atendimento selecionado que não esteja devidamente determinado em lei;

IV - preterir, sobretaxar ou impedir a locação, compra, aquisição, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade;

V - preterir, sobretaxar ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares.

Art. 3^o - As penalidade aplicáveis aos atos discriminatórios a que se refere esta lei são as seguintes:

I - advertência;

II - suspensão da licença estadual para funcionamento;

III - cassação da licença estadual para funcionamento;

IV - multa.

§ 1^o - A pena de multa, graduada de acordo com a gravidade do ato discriminatório, consiste no pagamento dos valores correspondentes a no mínimo 1.000 e no máximo 10.000 Fatores de Correção e Atualização (FCA) ou outro indexador que venha a substituí-lo, e será revertida para o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Paraná.

§ 2^o - Os valores das multas poderão ser elevados em até 10 (dez) vezes quando verificado que, em razão do porte do estabelecimento, resultarão inócuas.

Art. 4^o - O Poder Executivo deverá manter setor especializado para receber as denúncias e instaurar o processo administrativo para apuração e imposição das penalidades cabíveis.

Art. 5^o - O infrator, quando agente do Poder Público, terá sua conduta apurada por meio de processo disciplinar instaurado pelo respectivo órgão de lotação, aplicando-se-lhe, se for o caso, as penalidades previstas

na lei estatutária, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 6^o - O Poder Público disponibilizará cópias desta lei para que sejam afixadas nos estabelecimentos e em locais de fácil leitura pelo público em geral.

Art. 7^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04.11.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N^{os} 333/2003 E 355/2003

P A R E C E R :

Relatório

O presente Projeto de Lei n^o 333/2003 de autoria da deputada Elza Correia, estabelece penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão da orientação sexual e o Projeto de Lei n^o 355/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, estabelece penalidades aos estabelecimentos que discriminem pessoas em razão da sua orientação sexual.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou um Substitutivo Geral aos referidos projetos, tendo em vista que cabe à União, impor penalidades aos cidadãos em virtude de sua conduta, restando ao Estado somente a possibilidade de criar penalidades para seus servidores. Mantendo a punição aos estabelecimentos privados e aos detentores de função pública, civil ou militar.

Fundamentação

A Constituição Federal em seu artigo 3^o ao estabelecer os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, enumera em seu inciso IV, a proibição de qualquer preconceito em razão de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Garantindo em seu artigo 5^o a igualdade de todos perante a lei.

A orientação sexual é o direito e garantia fundamental de liberdade de escolha, edificados no princípio da preservação da intimidade, vida privada, honra e imagem da pessoa (artigo 5^o, inciso X, da Constituição).

Desse modo tem-se como parte indissociável dos direitos inerentes a toda e qualquer pessoa humana, o direito à vida, à liberdade e o de não ser arbitrariamente punido pela sua origem, raça, credo, cor, orientação política e sexual.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos dispõe em seu artigo 1^o, que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. Proibindo qualquer tipo de discriminação conforme estabelece o artigo 2^o "Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem

nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”.

O artigo 2º da Declaração apregoa que todos os seres humanos estão aptos a exercer os seus direitos sem distinção de nenhum tipo ou gênero, seja por raça, cor, sexo, língua, orientação política, ou origem social.

O Programa Estadual do Conselho Permanente de Direitos Humanos, em seu Capítulo IV, coloca entre suas metas prioritárias o combate à discriminação em razão do gênero e sexualidade.

Diversos Estados e municípios já aprovaram leis no mesmo sentido, entre eles podemos destacar os Estados do Rio de Janeiro (Lei nº 3.406/2000), Estado de São Paulo (Lei nº 10.948/2001) e Distrito Federal (Lei nº 2.615/2000). No Paraná destaca-se o município de Londrina que aprovou a Lei nº 8.812/2002.

Conclusão

Diante de todo o exposto, e por entender que a defesa dos direitos humanos não tem barreiras geográficas, sexuais ou raciais, entendemos que a sociedade não pode continuar permitindo que as pessoas sejam discriminadas por sua orientação sexual. Sendo assim, a Comissão de Direitos Humanos apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei na forma do substitutivo Geral apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 10.11.2003.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

PADRE PAULO CAMPOS - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 333 E 355/2003

P A R E C E R :

Do Relatório

O Projetos de Lei nº 333 e 355/2003 de iniciativa dos deputados estaduais Elza Correia e Marcos Isfer, têm por escopo dispor sobre penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.

Da Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se, em acurada análise do mérito depreende-se a preocupação contra atos discriminatórios das pessoas em virtude de sua orientação sexual em suas relações de trabalho, consumo, locação, compra e venda, hospedagem, etc. Vale dizer, que busca evitar atos atentatórios dos direitos das pessoas com relação as formas de discriminação.

Foi apresentado junto à Comissão de Direitos Humanos parecer favorável protestando pelo rompimento de qualquer forma de discriminação da mesma forma junto à Comissão de Constituição e Justiça foi devidamente aprovado, contudo com apresentação de substitutivo geral apresentado pelo Relator José Maria Ferreira, onde se apura que o sujeito ativo da discriminação acaba sendo estabelecimentos privados com ou sem fins lucrativos, e os detentores de função pública, civil ou militar, que discriminem pessoas em virtude de sua orientação

sexual, estabelecendo as formas discriminatórias bem como as penalidades aplicáveis.

Ocorre que somente pode ser sujeito ativo de crime pessoa física, não sendo possível responsabilizar pessoa jurídica por crimes cometidos, mesmo porque esta não comete delitos, os crimes são realizados por funcionários, sócios, gerentes, os quais efetivamente devem ser punidos, salienta-se que a doutrina sobre tal assunto conclui, acertadamente, que dito encargo não pode ser substituído por uma pessoa jurídica, desprovida de capacidade jurídico-penal, ademais no campo penal, cada diretor, funcionário, gerente, responde pela própria conduta, e somente por ela. Diante de um episódio delituoso, o juiz deverá analisar quais funcionários participaram do fato criminoso.

Muito embora o projeto de lei em análise tenha sido revestido de outra roupagem, tentando deixar a responsabilidade para o estabelecimento que cometer o ato discriminatório, contudo, se atos discriminatórios são fatos que, via de regra, geram punições criminais, pois entende a legislação vigente federal tratar-se de crime, não se é possível transferir a responsabilidade penal para a pessoa jurídica, ainda que as punições a que se pretendem tenham cunho administrativo e/ou pecuniários.

Em última análise, muito embora tenha se buscado com o substitutivo geral tentar-se a aprovação a fim de resguardar a idéia inicial de coibir as práticas que discriminem pessoas em razão de sua orientação sexual, acabou-se por recair na impossibilidade de prosseguimento do projeto, por tratar novamente de matéria penal, e por conseguinte, transferir a responsabilidade penal para o estabelecimento comercial, novamente inviabilizando a pretensão.

Em matéria Constitucional Federal ocorre que o presente projeto de lei não tem como prosperar visto que o conteúdo do artigo 22 C.F. a saber:

“Art. 22 - Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, **penal**, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;” (grifo nosso).

Desta forma, a competência para legislar sobre matéria penal é privativa da União, não cabendo por parte do legislador estadual a pretensão legislativa sobre tal assunto.

Da Conclusão

Contudo, em análise técnica jurídica depreende-se do projeto de lei em epígrafe, a inconstitucionalidade quanto à matéria, conforme artigo 22 inciso I da Constituição Federal, desse modo sendo o voto do relator submetido à apreciação dos nobres colegas parlamentares pela rejeição do Projeto de Lei nº 333 e 355/2003, apresentando parecer desfavorável.

Sala das Comissões, em 08.12.2003.

(aa) DELEGADO BRADOCK

Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2904, de autoria dos senhores deputados Pastor Edson Praczyk, Miltinho Pupio, Carlos Simões e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

O SR. VANDERLEI IENSEN (Pela Ordem)

Nós mudamos pedindo para cinco Sessões. Os deputados que subscreveram entraram num acordo. Nós estamos solicitando que seja adiado por cinco Sessões.

O SR. MARCOS ISFER (Para Encaminhar)

Senhor presidente, nós entendemos a preocupação e sabemos que há tentativa de um acordo de transferir. Só quero dizer, senhor presidente, que eu e a deputada Elza aqui presente, deputado José Maria foi o autor do Substitutivo, que nós estendemos que esse é um projeto que protege a liberdade do ser humano em todos os sentidos. Nós sabemos e somos contra a qualquer tipo ou ato de discriminação contra o ser humano. Nós entendemos que o que nos diferencia dos animais é justamente o livre arbítrio de podermos decidir o que fazemos de nossas vidas.

Então essa é a razão pela qual foi apresentado esse projeto que está em discussão. E quando nós vemos em alguns momentos, como recentemente um prefeito de uma cidade da região metropolitana tomar uma atitude arbitrária, proibindo, expulsando pessoas porque não pensam como ele pensa, realmente ficamos pasmos de ver realmente esse tipo de discriminação.

Eu me recordo que esse obscurantismo foi o mesmo que mandou embora em muitos momentos e queimou pessoas dizendo que aquelas pessoas praticavam e agiam com a magia negra. O mesmo obscurantismo que mandou embora, discriminou e fez com que muitas famílias da época sofressem, porque não acreditavam em determinados dogmas que eram pregados. O mesmo obscurantismo que leva à falta de razão, para que a gente fique surpreso em ver que, infelizmente no dia de hoje, as pessoas não conseguem entender outro ser humano como ele é.

Quero dizer a V. Exa. que, por um acordo, foi praticado de ser aceito as cinco Sessões. Mas quero dizer a V. Exa. que nós vamos continuar defendendo, sim, o direito de cada ser humano ter o livre arbítrio e decidir sobre a sua vida.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Para encaminhar o requerimento, a deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA

Lamento profundamente, embora respeito, como democrata que sou, o direito da divergência. Esse é um Parlamento em que, se todos pensássemos igualzinho, não teríamos parlamentares representativos da sociedade.

Entretanto, esse projeto ficou durante um bom tempo na Comissão de Justiça. Havia alguns problemas do ponto de vista da constitucionalidade, da legalidade, era relator o companheiro José Maria, foi pedido vistas, retirando em função da nobreza do mérito e foi feito um substitutivo da própria Comissão de Justiça para equacionar a questão da legalidade, da constitucionalidade que estamos discutindo hoje.

Nós não estamos aqui discutindo a questão de mérito, hoje.

Gostaria de dizer que hoje é o Dia Mundial dos Direitos Humanos. Assim sendo, é preciso que a gente faça uma reflexão do que quer dizer em sua amplitude, a questão dos Direitos Humanos. Nós não estamos aqui, absolutamente, discutindo questões filosóficas, teológicas. Estamos discutindo questões ideológicas, do ponto de vista de garantir que os cidadãos que têm outra orientação sexual, sejam respeitados como cidadãos brasileiros.

A lei federal é injusta com a grande fatia de cidadãos brasileiros que ajudam a construir este país.

As leis federais até hoje excluem dos direitos de cidadania, os gays, as lésbicas, porque incluem apenas e ficam como discriminação à questão de raça, etnia, religião, mas deixam de fora a questão da orientação sexual.

Nós não estamos aqui discutindo quem é contra e quem é a favor. Nós não estamos aqui discutindo questão de foro íntimo. Estamos discutindo aqui a questão do direito à dignidade, à vida, ao respeito como cidadão brasileiro. Essa é a discussão. As outras, nós temos os nossos foros para discutir.

Este fórum aqui tem que ser universal, tem que entender a cidadania dos Direitos Humanos como um todo e não em pedacinhos, em fatias.

Portanto, entendo que a retirada desse projeto por cinco Sessões prejudica ainda mais pessoas que estão há décadas esperando para que sejam inseridas na sociedade como cidadãos.

Alguém diz: “ah, mas a Constituição Brasileira, no seu artigo 5º preconiza que todos somos iguais perante a lei”. Assim fosse, as mulheres brasileiras não teriam que brigar no cenário nacional, em relação às cotas para que fôssemos respeitadas dos direitos de participação política, partidária, com um pouquinho mais de igualdade. Se assim fosse, o Brasil não estaria discutindo a questão das cotas aos estudantes negros.

Acho estranho que em pleno século 21, no 3º Milênio, nós não tenhamos entendido ainda o ensinamento maior da humanidade deixado por Jesus Cristo que foi “Amai-vos uns aos outros”. Agora, nós em pleno século 21, no 3º Milênio queremos colocar “Amemos uns aos outros, desde que sejam igualzinhos a mim”.

Por que teria vindo Cristo à terra? Ele veio na defesa daqueles excluídos, os oprimidos, as prostitutas, como Maria Madalena, dos leprosos, dos doentes. Nós estamos discutindo a questão do mérito, sim! A medida que já tive uma discussão com os meus queridos e respei-

tados companheiros do grupo da Bancada Evangélica, que eu tenho o maior respeito, a maior consideração, mas me reservo o direito, enquanto parlamentar, de colocar neste momento esta questão. Cristo veio pelos fracos, pelos oprimidos, pelos considerados diferentes.

Por isso temos razão de sobra, à medida que esse projeto de lei está de acordo com o Artigo 3º, inciso 4º da Constituição Brasileira. Está de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos que completa hoje 55 anos. Esse projeto está em consonância com o Programa Nacional dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça. Está em consonância com o projeto de lei antidiscriminatório por orientação sexual em compasso com o Artigo 1º da Constituição do Paraná, que defende a igualdade e combate qualquer forma de discriminação. Esse projeto esta em consonância com os estudos que mostram que, dentre as maiorias, os homossexuais são os mais discriminados. Inclusive estatísticas mostram que aqui no nosso Estado, nos últimos dez anos, cerca de 93 homossexuais foram assassinados por uma questão de preconceito, ódio, discriminação e violência. Este projeto está em consonância com 93 cidades brasileiras quem têm suas leis antidiscriminatórias: São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, e cidades paranaenses como Foz do Iguaçu, Londrina. E cerca de mais 8 Estados já aprovaram essa lei e Curitiba não pode ficar para trás.

Cerca de 10% da população do país são homossexuais. Segundo pesquisa do Ministério da Saúde, representam 5.9 da população brasileira. São por essas pessoas, por essa fatia da população que estão inseridas em todos os locais da vida brasileira. Quem são os homossexuais? São trabalhadores da construção civil, homens, mulheres, médicos, professores, dentistas, políticos. Não podemos fazer um X na testa das pessoas que não têm a mesma orientação que decidimos que é a correta.

Portanto, companheiros, estamos falando de solidariedade humana. Estamos falando de respeito ao homem como ser íntegro. Estamos falando de corrigir uma absorção que tem, sistematicamente, violentado, agredido e segregado uma importante fatia da população brasileira que tem direito tanto quanto eu.

O que fazer com nossos filhos se tiverem aquela orientação sexual que não desejávamos? Deixarão de ser nossos filhos? Estarão condenados ao fogo do inferno? Não serão cidadãos? Temos que parar para fazer uma reflexão. Com todo respeito e com todo carinho que tenho por todas as religiões, porque vivo num país que aceita todos: católicos, protestantes, espíritas, budistas, seja lá o que for. Não estamos aqui discutindo religião. Estamos discutindo direitos humanos. E, se este país, se esta cidade progressista for na contramão da história, será um vexame para o Estado do Paraná.

Portanto, gostaria de dizer que os companheiros da bancada evangélica vieram conversar conosco e disseram que têm algumas divergências em relação ao projeto. Comprometeram-se conosco de votar contra ou a favor,

mas votar o projeto, para não colocarmos em risco o projeto. Vamos acatar esta decisão. Mas é preciso, perante a opinião pública, a imprensa, um acordo, que seja votado nas primeiras sessões do próximo ano; senão vamos postergar, “empurrar com a barriga”, viabilizar, como fazem os vereadores no projeto do deputado Ângelo Vanhoni, com pedidos de retiradas e retiradas, com único objetivo de não aprovar um projeto que incluía na lista de cidadão homens e mulheres que, por simples orientação sexual, têm sido tão ridicularmente, de uma forma ostensiva, considerados como pessoas não gratas no seio da sociedade.

Muito obrigada.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (Para Encaminhar)

Primeiro, quero parabenizar os nobres deputados Elza e Marcos, pela compreensão. E pontuar alguns itens, até para esclarecer que nós, evangélicos, não temos nada contra o projeto propriamente dito. Seria até paradoxal como religioso que somos, não sermos a favor de mecanismos legais que venham coibir a discriminação.

Se puxarmos da história lembraremos que o nazismo quase tomou conta do mundo, inicialmente, por causa da discriminação, perseguindo os homossexuais, os ciganos, os negros, e depois perseguindo a humanidade toda. E deu no que deu.

A Bíblia Sagrada, nesse momento peço permissão aos pares, falar como pastor, é cheia de exemplos onde o Senhor Jesus sempre deixou claro ser contra a discriminação.

Na época bíblica era comum discriminar o leproso, porque se entendia que a lepra era muito mais que uma enfermidade desconhecida. Era o símbolo da maldição. Então, se excluía o leproso. E o Senhor Jesus, por inúmeras vezes, aproximou-se do leproso, recebeu-o e curou-o.

O mesmo aconteceu com a mulher hemorrágica. A mulher, no seu período menstrual era também discriminada, e o Senhor Jesus aproximou-se de uma mulher, tida pela sociedade que deveria ficar à margem de todos, e a recebeu de braço abertos e a curou.

Senhor presidente e nobres parlamentares, não é a nossa intenção, como pensavam alguns, que esse projeto jamais venha à pauta desta Casa. No final deste ano, e todos vão concordar comigo, vieram à pauta uma infinidade de projetos importantes, a exemplo do que se votou hoje na CCJ a questão do Judiciário. Para nossa surpresa, achávamos que esse projeto viria no ano que vem, onde todos nós, de comum acordo da bancada evangélica, já estávamos nos organizando para apresentar emendas, justamente para resguardar o direito que é corretíssimo, justo, contra a discriminação. E também, resguardar aquilo que nós entendemos da liberdade de culto.

Quero novamente salientar os agradecimentos aos parlamentares já citados e dos demais que concordaram em votar favoravelmente à retirada desse projeto.

Para finalizar, quero dizer que nós que somos evangélicos e outros mais que têm boas idéias, até para apri-

morar o projeto, aquilo que entendemos que ainda não ficou claro, estaremos em conjunto a duas, quatro, dez, cinquenta mãos fazendo as adequações que julgamos ser necessárias, para que esse projeto prospere. E todos nós como seres humanos, seres criados por Deus, tenha Ele o nome que tiver, venha a ser glorificado.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. TADEU VENERI

Para encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, acredito que o deputado Pastor Edson Praczyk fez na sua defesa, muito daquilo que nós gostaríamos de ouvir. Parece-me que de uma forma bastante coerente coloca para todo Plenário que a sua intenção não é obstacularizar indefinidamente a votação desse projeto, e sim ter um tempo para que ele possa, junto com os demais deputados, que também são evangélicos, aqui desta Casa, fazer um debate dentro do seu espaço, sobre esse projeto.

Neste sentido, quero colocar o pedido para que seja retirada as três sessões que havia solicitado. Então, estou retirando o pedido de adiamento por três sessões e colocar que a generosidade que está sendo expressa aqui certamente será expressa quando votarmos o projeto. Então, não há por que não esperarmos para que no próximo ano possamos votá-lo, fazermos as correções. Acredito que temos que respeitar a todos, estamos sendo respeitados por todos e nesse processo de compreensão e de entendimento não tenho a menor dúvida que no ano que vem poderemos votar o projeto, e quiçá, aprová-lo, para que tenhamos uma igualdade, uma fraternidade maior.

Obrigado, senhor presidente!

O SR. VANDERLEI IENSEN

Para encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, já falei aos deputados no momento do acordo, e vou repetir agora, nós não vamos entrar, agora, no mérito do projeto. Nós conseguimos entrar num consenso e esperamos no ano que vem poderemos passar a posição oficial do nosso segmento e também participar das discussões, apresentar emendas para que possamos chegar a um bom termo.

O SR. PAULO CAMPOS.

Para encaminhar, presidente.

(Assentimento)

Eu quero que conste nas notas taquigráficas que os dez minutos de fala da deputada Elza Correia são também as minhas palavras. Concordo plenamente naquilo que ela disse, como também no que disse o deputado Pastor Edson Praczyk. Porém, hoje, companheiros e companheiras, no dia em que comemoramos cinquenta e cinco anos dos direitos universais, dos direitos humanos, seria absurdo que esta Casa de Leis que defende a vida, não

defendesse a vida de uma só pessoa que estivesse correndo risco. Ora, não é apenas uma pessoa, diz aqui um relatório que 10% da humanidade é homossexual e o Ministério da Saúde diz que no Brasil 5.9%, é um número grande para que esta Casa de Leis vetasse, reprovasse um projeto que é contra a discriminação, que é contra o abuso da vida humana.

O Pastor Edson lembrou muito bem que Jesus esteve sempre do lado das minorias e não preciso citar as minorias lembradas pelo meu colega Pastor Edson. Ora, se Jesus esteve sempre do lado das minorias, como nós, homens e mulheres da lei seríamos contra minorias e conforme dados que temos em nossa mãos, 93% já assassinados, um absurdo!

Quero terminar com as palavras de Jesus Cristo: "Amai-vos uns aos outros como eu vos amei". E lembro ainda as palavras da deputada Elza: "É muito fácil amar aqueles que são iguais, mas os que são diferentes para nós custa um pouco", sobretudo por uma questão cultural, mas nós seres humanos temos capacidade, faculdade de raciocínio e de amar, somos capazes, sim, de dar esse passo para amar também o diferente.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Para encaminhar, senhor presidente.

(Assentimento)

Senhor presidente, quero colocar rapidamente o nosso posicionamento.

Em primeiro lugar, quero agradecer aos autores pelo entendimento e pelo acordo realizado para que pudéssemos ajustar melhor os nossos pontos de vista, prevalecendo assim o debate e a democracia.

Quero lembrar, evidentemente, como bem já colocou a deputada Elza Correia, o Pastor Edson Praczyk, o deputado Padre Paulo, deputado Tadeu Veneri, que todos os pontos de vista aqui estão sendo muito bem defendidos. E dizer à deputada Elza que aprendi, durante este ano, a respeitá-la, a admirá-la em função da sua postura da sua conduta, da sua cultura e inteligência.

E lembrando, evidentemente, como foi colocado aqui, Deus, Jesus, quando esteve aqui na Terra, sempre procurou demonstrar ser justo, transparente, socorrer ao próximo, propagar o amor e nos passar diversas orientações também. E temos exemplos bíblicos que nos impedem de apontar para o defeito dos outros porque sempre nós temos defeitos. Quando costumamos apontar as traves dos outros e esquecemos os ciscos que estão nos nossos olhos. Quando Maria Madalena estaria sendo apedrejada Jesus disse: "Quem dentre vós não tem pecado, atire a primeira pedra".

Portanto, não é aqui o nosso interesse acusar, denegrir ou prejudicar qualquer linha de pensamento ou qualquer grupo que tenha uma opção sexual diferente, mas, lembrar que existiram nações que foram exterminadas também por não terem seguido as orientações do nosso Deus quando aqui esteve procurando propagar amor, a

justiça, em função do não cumprimento das suas orientações.

E é nesse sentido que agradecemos o acordo firmado e tenho certeza que estaremos defendendo os nossos pontos de vista chegando a um consenso a fim de privilegiar a todos aqueles que precisam do amparo da lei e do amparo dos parlamentares que aqui trabalham nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Para encaminhar o requerimento, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados, quero colocar-me também nessa posição, aqui, favorável ao projeto. Já ouvi vários discursos eloquentes, discursos de um lado, de outro. Acho que cada um faz o que quer da vida.

A vida é livre, a Constituição diz que dá liberdade de ir e vir, então quero deixar aqui o meu posicionamento que voto a favor do projeto.

Quero deixar bem claro que acho que o posicionamento das pessoas é livre. Este país é bem livre, cada um faz o que quer.

Estou a favor do projeto e gostaria que votasse hoje, não empurrasse para amanhã, vamos votar hoje. Quem for a favor que seja, quem for contra, também. Vamos votar de uma vez isso aí porque sou totalmente a favor que as pessoas façam aquilo que acharem melhor.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Em votação o requerimento pedindo adiamento por 5 Sessões. Deputados que aprovam o requerimento, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 333/2003.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 489/2003, de autoria do deputado Marcos Isfer, que concede isenção aos oficiais de Justiça no pagamento de taxas, tarifas e preços públicos de estacionamento localizados nos bens públicos de uso comum do povo, pedágios, transporte coletivo, balsas e similares, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDA DA CF. (Publ. no DA nº 064/2003, de 26/08/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 489/2003

P A R E C E R :

1. Objeto

Trata-se de projeto de lei que regulamenta alínea “a” do inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal, e

norma correlata da Constituição do Estado do Paraná, no que tange ao livre trânsito dos oficiais de Justiça independentemente do pagamento de taxas, quando do cumprimento e seu *munus* público, e regulamenta a utilização dos serviços públicos pelos oficiais de Justiça em serviço independentemente do pagamento de preços públicos e tarifas.

2. Considerações iniciais

Os oficiais de Justiça, dentre os auxiliares do Juízo, são os que assumem **especial destaque no funcionamento da máquina judiciária do Estado**, posto que suas atividades são inteiramente processuais e não meramente burocrático-administrativas. Exercendo tarefas complementares à função jurisdicional, os oficiais funcionam “**como o braço com que o juiz toma medidas de ordem material que a causa exige**”. Daí o aforismo latino que qualifica este servidor como *longa manus* do juiz atuando como continuação deste na prática de atos de intercâmbio processual e de execução. Tão grande a importância da tarefa-fim **entregue** ao oficial de Justiça, que as decisões judiciais, para produzirem as desejadas transformações no campo da realidade factual e econômica, na maior das vezes necessitam e muito desse servidor. O oficial de Justiça, ao materializar as decisões judiciais, revela que a justiça se torna viva e operante quando ela se traduz em fatos reais.

Ressalte-se ainda que o oficial de Justiça, face ao crescimento das demandas judiciais, tem sofrido com o assombroso volume de trabalho sob sua responsabilidade. Para se ter idéia, somente na Justiça Federal do Estado do Paraná, na Circunscrição Judiciária de Curitiba, o aumento do número de mandados distribuídos aos oficiais foi da ordem de 100% nos últimos 02 anos, sem o aumento correspondente do número de oficiais de Justiça.

Por outro lado, dada a grande responsabilidade de suas atribuições (uma diligência cumprida e destempo pode tornar completamente ineficaz uma decisão judicial), é que o Código Processual Civil Brasileiro, em seu artigo 144, inciso I, estabelece que o oficial de Justiça é **civilmente responsável**, quando “... se recusarem a cumprir, **dentro do prazo**, os atos que lhes impõe a lei, ou os que o juiz, a quem estão subordinados, lhes comete”.

Na verdade, o oficial de Justiça só faz cumprir prazos, já que a justiça não pode esperar. Diante do grande volume de serviço, não resta ao Oficial outro recurso senão utilizar-se de seu veículo particular no exercício de sua função pública.

3. Da aplicação da regra da imunidade recíproca na cobrança de taxas públicas.

O oficial de Justiça, quando no exercício de suas funções públicas, é auxiliar direto do juiz, e exerce uma atividade-fim do Poder Judiciário, que não pode, inclusive, ser delegada a serviços terceirizados.

E como atividade pública que é, não pode ser tributada por outros entes da Federação, conforme disposto no artigo 150, inciso VI, alínea "a" da Constituição Federal.

De fato, a cobrança de pedágio, transporte coletivo regular, estacionamentos rotativos e similares, balsas, etc., **quando efetuada contra oficiais de Justiça em serviço sob a forma de taxa**, atenta contra o princípio da imunidade recíproca, já porque **tal cobrança incide sobre o serviço prestado pelo Poder Judiciário** (o oficial de Justiça em serviço serve à prestação jurisdicional do Estado), já porque **o Poder Judiciário não ressarce o oficial de Justiça de tais despesas** (e nem poderia fazê-lo, pois assim estaria obrigado a exigir do ente tributante a restituição, para dar cumprimento ao mandamento constitucional da imunidade recíproca).

Tal prática acaba por proporcionar o enriquecimento ilícito do Estado: a entidade tributante efetua a cobrança ao agente público no exercício de suas funções, pela prestação de um serviço público, como se o aludido agente estivesse usufruindo do atendimento estatal na condição de particular!

4. Da imunidade recíproca como forma de expressão do princípio federativo, extensível a todos os tributos

Cabe trazer à colocação a ligação do mestre do direito Tributário Dr. Hugo de Brito Machado, *in verbis* (Machado, Hugo. São Paulo/SP. 19ª Edição. Janeiro de 2001, Pág. 237):

"Ressalte-se que a imunidade recíproca é uma forma de expressão do princípio federativo. Não se pode conceber uma Federação sem a imunidade tributária recíproca. Assim, a regra da imunidade está protegida contra possível emenda constitucional...

Não obstante esteja expressa, no artigo 150, inciso VI, da vigente Constituição Federal, apenas em relação aos impostos, **em razão do princípio federativo a imunidade recíproca abrange, seguramente, também os demais tributos**. É que o tributo, como expressão que é da soberania estatal, não pode ser exigido de quem a tal soberania não se submete, porque é parte integrante do Estado, que da mesma é titular."

Nessa linha vai também professor Paulo de Barros Carvalho (Carvalho, Paulo de Barros, Curso de Direito Tributário. 7ª Edição. São Paulo, Saraiva, 1995, pág. 121):

"Entendemos, na linha do pensamento de Francisco Campos, Oswaldo Aranha Bandeira de Melo e Geraldo Ataliba, que, se não houvesse disposição expressa nesse sentido, estaríamos forçados a admitir o princípio da imunidade recíproca, como forçados a admitir o princípio da imunidade recíproca, como corolário indispensável da conjugação do esquema federativo... continuaria a imunidade, ainda que implícita, com o mesmo vigor que a formulação expressa lhe outorgou.

É em nome do cânone da supremacia do interesse público ao do particular que a atividade de administração

tributária ganha foros de efetividade prática. **E não poderíamos compreender como, debaixo dessa mesma linha diretiva, uma pessoa jurídica de direito público, munida de personalidade política e autonomia, pelos dizeres explícitos da Constituição, viesse a submeter-se aos poderes de fiscalização e controle, que são ínsitos ao desempenho daquele tipo de atividade.**" (grifamos).

Assim, temos que a imunidade recíproca estende-se a todos os tributos, e não somente aos impostos, constituindo tal premissa, inclusive, cláusula pátria, já que sua desobediência atenta contra o pacto federativo.

5. Da cobrança indevida aos oficiais de Justiça no exercício de suas funções. Tributação ao serviço público.

O projeto em tela evidentemente não se presta a conceder privilégio a uma categoria. As taxas em vigor e as que vierem a ser estabelecidas serão devidas pelo oficial de Justiça sempre que estiver a utilizar o serviço público na condição de particular. Porém, quando em serviço, não é o oficial de Justiça quem usufrui do serviço público: é o próprio Poder Público, no caso, o Poder Judiciário. Logo, o que ocorre é a tributação de um poder sobre outro poder, o que é indesejável, inconstitucional, e urge ser devidamente regulamentado por esta Casa Legislativa.

6. Da necessidade de liberação dos oficiais de Justiça dos preços públicos e tarifas.

A Lei Federal nº 5010, de 30 de maio de 1996, que criou a Justiça Federal, já estipula o passe livre aos oficiais de Justiça Federal no cumprimento de suas funções, em transportes coletivos urbanos e interurbanos. (Art. 43 - Os oficiais de Justiça terão Carteira de Identificação visada pelo juiz da vara em que servirem e terão passe livre, quando em exercício de suas funções, nas empresas de transporte da respectiva Seção Judiciária. (Art. 3º - Cada um dos Estados e Territórios, bem como o Distrito Federal, constituirá uma Seção Judiciária, tendo por sede a respectiva capital). Nada obstante, os oficiais de Justiça do Estado são obrigados a pagar por este serviço, mesmo no exercício de suas funções. Isso causa grande desigualdade, e deixa os oficiais de Justiça do próprio Estado do Paraná impedidos de utilizar-se de transporte coletivo estadual (concessão de linhas interurbanas regulares), ao contrário dos oficiais de Justiça Federais que, embora pertencentes ao quadro do Poder Judiciária da União, tem por lei prerrogativa para utilizar-se gratuitamente dos serviços estaduais mencionados, quando no exercício de suas funções.

Tal estado de coisas acaba por gerar tumultos os mais variados. Em Maringá/PR, por exemplo, temos que os juízes federais, em acordo com as concessionárias de rodovias pedagiadas, obtêm cupons de pedágio diretamente das concessionárias, para distribuírem aos oficiais quando do cumprimento de mandados judiciais. Já em

outras localidades, o oficial de Justiça paga pedágio no exercício de sua função pública.

Quanto aos estacionamentos rotativos, temos o exemplo de Londrina/PR, onde há lei municipal isentando os oficiais do pagamento do estacionamento, graças à mobilização dos oficiais do local, ao contrário das demais cidades, onde os oficiais pagam pelo estacionamento mesmo estando em serviço.

Portanto, para se uniformizar o tratamento dado aos oficiais de Justiça do Estado e da União, e para fazer justiça a esta categoria que trabalha abnegadamente utilizando-se de veículos particulares, à falta de veículos públicos disponíveis, é que faz-se necessária a aprovação do presente projeto.

7. Do critério de emplacamento dos veículos.

Atualmente, o critério utilizado para cobrar-se ou não o pedágio e o estacionamento rotativo, e o que mais envolver o trânsito e estacionamento de veículo, tem sido a observação do emplacamento oficial (ou seja, veículos pertencentes ao patrimônio público).

Tal critério, porém, não atende a todos os casos, e em especial ao caso dos oficiais de Justiça que, por falta de verbas públicas, **não dispõem de veículos oficiais para o desempenho de seu mister**. Desta forma é que o oficial de Justiça, em cumprimento do seu dever funcional, vê-se obrigado a desembolsar tais despesas de seus vencimentos, já que diuturnamente vê-se na contingência de utilizar-se de seu veículo particular para dar cabo de seu dever funcional. Salta aos olhos que estamos diante de flagrante e inolvidável injustiça.

8. Do critério do exercício da função pública.

Assim é que tal projeto de lei visa corrigir essa distorção, adotando-se o **critério do exercício da função pública**. Por tal critério, será dada a imunidade ou isenção (dependendo se se tratar de taxas tarifas ou preços públicos) ao ente público (Poder Judiciário Federal ou Estadual) quando este estiver exercendo seu papel, independentemente de estar-se utilizando o agente público de veículo oficial.

Destaque-se que tal critério é inclusive mais seguro, há que, em tese, pode um servidor público utilizar-se indevidamente de veículo oficial para exercer atividades particulares, caso em que será ilegitimamente beneficiado pelo critério do emplacamento.

Por este critério pretendido pelo projeto, o agente público demonstra ao ente tributante/arrecadador que está naquele momento exercendo sua atividade pública.

E não há falar-se em quebra de contrato celebrado recentemente entre o Governo do Estado e as concessionárias, o qual proíbe a concessão de novas isenções. O que se faz aqui é apenas equiparar o veículo do oficial de Justiça ao veículo oficial, sempre que estiver em missão oficial. Nesse sentido, deve-se dar ao termo “veículos oficiais” interpretação finalística, ou seja, do fim a que se destina. De fato, o que quer a norma ao isentar os veícu-

los oficiais do preço do pedágio é evitar que os poderes públicos paguem o preço do pedágio no exercício de suas funções. No caso em tela, o Poder Público está no exercício de suas funções, porém destituído de veículo oficial. É que a cláusula não vislumbrou a possibilidade de o Poder Público exercer suas funções utilizando-se de veículos particulares. Portanto, o Projeto de Lei em exame vem dar à referida cláusula o alcance pretendido pelo Estado. Não há violação alguma à cláusula. Há apenas uma regulamentação finalística quanto ao seu alcance.

9. Da redação do projeto. Ressalvas

Súmula: concede passe livre aos oficiais de Justiça independentemente do pagamento de taxas, tarifas e preços públicos de estacionamento localizados nos bens públicos de uso comum do povo, pedágio, transporte coletivo, balsas e similares, e dá outras providências.

Art. 1º - Ficam os oficiais de Justiça, quando no exercício de suas funções, dentro do território do Estado do Paraná, autorizados a estacionarem gratuitamente em todos os logradouros públicos em que seja exigida cobrança.

Art. 3º - O cartão de permissão será confeccionado pelo Juízo da Comarca ou Circunscrição Judiciária para a qual o profissional trabalha, e deverá conter a numeração da Matrícula oficial de Justiça junto ao órgão em que está lotado, de acordo com listagem fornecida por Associação dos oficiais de Justiça ou Sindicato a que estejam vinculados.

Art. 5º - Os oficiais de Justiça, quando no exercício de suas funções dentro do Estado do Paraná, têm livre trânsito, independentemente do pagamento de taxas, tarifas e preços públicos, existentes ou que vierem a ser criados, podendo-se utilizar gratuitamente das empresas de transporte coletivo regular, balsas e similares.

§ 1º - Inclui-se, para efeito deste artigo, o passe livre nas Rodovias pedagiadas no Estado do Paraná.

§ 2º - Para dar cumprimento ao caput deste artigo, quando solicitado por autoridade competente, deverá o profissional apresentar sua cédula de identidade funcional e a documentação comprobatória da diligência a ser realizada.

(Em anexo substitutivo geral ao projeto de Lei nº 489/2003).

10. Considerações finais

CONSIDERANDO a necessidade de se corrigir grande injustiça perpetrada contra os oficiais de Justiça e, em última análise, ao Poder Judiciário, no que tange ao reconhecimento de sua atividade como sendo de caráter público;

CONSIDERANDO a imunidade recíproca dos entes públicos na cobrança de **taxas** sobre serviços públicos;

CONSIDERANDO a existência de Lei Federal similar isentando os oficiais do pagamento de tarifas de transporte coletivo regular, quando em serviço, e a neces-

sidade de se dar uniformidade de tratamento aos oficiais de Justiça do quadro do Poder Judiciário Estadual;

CONSIDERANDO que, quanto ao pedágio, não se trata de criar nova isenção, mas somente de dar à cláusula daquele contrato o seu devido alcance, adotando-se para o caso peculiar dos oficiais de Justiça o critério do exercício da função pública, atendendo-se assim ao alcance finalístico da norma,

Não encontramos nada que obste a normal tramitação da presente proposição por esta Casa de Leis.

Dou parecer **FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DO PROJETO**, com a redação do substitutivo geral em anexo.

Sala das Sessões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 489/200

Art. 1º - Ficam os oficiais de Justiça, quando no exercício de suas funções dentro do território do Estado do Paraná, autorizados a estacionarem gratuitamente em todos os logradouros públicos em que seja exigida cobrança.

Art. 2º - Para dar cumprimento ao disposto no artigo anterior, os oficiais de Justiça receberão um cartão de permissão para estacionamento, o qual deverá ser colocado em local visível no veículo.

Parágrafo Único - O cartão será renovado anualmente.

Art. 3º - O cartão de permissão será confeccionado pelo Juízo da Comarca ou Circunscrição Judiciária para a qual o profissional trabalha, e deverá conter a numeração da matrícula do oficial de Justiça junto ao órgão em que está lotado, de acordo com listagem fornecida por Associação dos oficiais de Justiça ou Sindicato a que estejam vinculados.

Art. 4º - Quando solicitado pelos fiscais que controlam a área do estacionamento, o oficial de Justiça deverá apresentar sua cédula de identidade funcional.

Parágrafo Único - A utilização do cartão de permissão por pessoas não autorizadas, implicará nas sanções penais correspondentes.

Art. 5º - Os oficiais de Justiça, quando no exercício de suas funções dentro do Estado do Paraná, têm livre trânsito independentemente do pagamento de taxas, tarifas e preços públicos, existentes ou que vierem a ser criados, podendo-se utilizar gratuitamente das empresas de transporte coletivo regular, balsas e similares.

§ 1º - Inclui-se para efeito deste artigo, o passe livre nas Rodovias pedagiadas no Estado do Paraná.

§ 2º - Para dar cumprimento ao *caput* deste artigo, quando solicitado por autoridade competente, deverá, o profissional apresentar sua cédula de identidade funcional e a documentação comprobatória da diligência a ser realizada.

Art. 6º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 489/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 489/2003, em análise, de autoria do deputado Marcos Isfer, concede passe livre aos oficiais de Justiça independentemente do pagamento de taxas, tarifas e preços públicos de estacionamento localizado nos bens públicos de uso comum do povo, pedágios, transporte coletivo, balsas e similares.

Trata-se de proposição que visa beneficiar os oficiais de Justiça no desenvolvimento de suas atividades, que pela peculiaridade de suas funções, necessitam locomover-se seja por veículo próprio ou outro meio de transporte, arcando com as despesas como pedágios e taxas.

Entendemos todavia, que faz-se necessária a apresentação de emenda adicionando a palavra urbano na redação do artigo 5º do Substitutivo Geral formulado pela CCJ, no tocante ao transporte coletivo regular, visando não deixar dúvidas de interpretação.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, na forma da emenda anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.11.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA AO SUBSTITUTIVO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 489/2003

P A R E C E R :

O artigo 5º da Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 489/2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

...

“Art. 5º - Os oficiais de Justiça, quando no exercício de suas funções dentro do Estado do Paraná, têm livre trânsito, independentemente do pagamento de taxas, tarifas e preços públicos, existentes ou que vierem a ser cria-

dos, podendo-se utilizar gratuitamente das empresas de transporte coletivo regular urbano, balsas e similares.”

Sala das Comissões, em 26.11.2003.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 022/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, exercício de 2002. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS. **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 022/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas que compõe os demonstrativos e balanços financeiro, orçamentário e patrimonial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, relativas ao exercício financeiro de 2002.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.2003.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Francisco Bühner, Plauto Miró Guimarães e Carlos Simões.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS
PROPOSIÇÃO Nº 033/2003

P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão a proposição em epígrafe, dando conhecimento das atividades e controle das receitas e despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias deste Poder Legislativo, com apuração dos Balanços mensais e Balanço Anual, verificados durante o exercício financeiro de 2002.

Após exame do relatório anual das atividades e Controle das Receitas e Despesas Orçamentárias e a Extraorçamentárias desta Casa e demais peças a ele anexadas, verificamos que o todo encontra-se em conformidade com a legislação em vigor, optando pela sua aprovação, uma vez que as contas prestadas encontram-se exatas.

Pelo acima exposto, conclui este relator pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 12.08.2003.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2895, de autoria dos deputados Ângelo Vanhoni, Duílio Genari, Padre Paulo Campos demais deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2897, de autoria dos deputados, Marcos Isfer na qualidade de presidente da CPI da Copel, Ratinho Júnior, como relator, e demais membros da CPI, os deputados Durval Amaral, Valdir Rossoni, Tadeu Veneri, Vanderlei Iensen, Ademar Traiano, Alexandre Curi e Fernando Ribas Carli, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2900 a 2902, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2907, de autoria do deputado José Maria Ferreira, com apoioamento dos senhores deputados Barbosa Neto, André Vargas e Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2910 e 2911, de autoria do deputado Elio Rusch, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2912, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.**

Requerimento nº 2917, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2915, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ADEMIR BIER (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária, para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 022, 492, 538, 567 e 664/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 273, 274, 312, 489/2003 e do de Resolução nº 022/2003.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 666/2003.

Levanta-se a Sessão.